

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL – PPDSR

TIBÉRIO AUGUSTO SANTOS DE SOUZA

PROJETO DE IRRIGAÇÃO SALANGÔ: Uma estratégia de desenvolvimento
socioeconômico no município de São Mateus do Maranhão.

São Luís
2020

TIBÉRIO AUGUSTO SANTOS DE SOUZA

PROJETO DE IRRIGAÇÃO SALANGÔ: Uma estratégia de desenvolvimento
socioeconômico no município de São Mateus do Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Junior

Linha de pesquisa: Estado, Trabalho e Globalização.

São Luís

2020

TIBÉRIO AUGUSTO SANTOS DE SOUZA

PROJETO DE IRRIGAÇÃO SALANGÔ: Uma estratégia de desenvolvimento
socioeconômico no município de São Mateus do Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Junior (Orientador)

Doutor em Geografia
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos

Doutor em Agronomia
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira

Doutor em História Social
Universidade Federal do Maranhão

A minha família, sendo ela o meu incentivo diário.

AGRADECIMENTOS

Minha imensa gratidão a Deus, pois foi acreditando no invisível aos olhos que tive forças para trilhar mais essa jornada.

À minha esposa Mirlene de Souza, obrigado por seu companheirismo diário, cuidado e amor a nossa família, sua dedicação me incentiva diariamente a dar passos mais largos. Ao meu filho Augustus, uma das maiores alegrias da minha vida.

Aos meus pais em São Mateus do Maranhão, ambos com o ensino fundamental I incompleto, mas com uma imensa sabedoria. Meus velhos, obrigado pelo cuidado e dedicação de sempre, por todos os valores que me transmitiram e, por através de exemplos, viverem em mim hoje. Ao meu irmão Miquéias, sempre tão disponível e dedicado a ajudar, obrigado por todo carinho, cuidado e apoio.

Um agradecimento especial a minha irmã, comadre e amiga Amália, sem sua ajuda não seria possível concluir essa pesquisa, obrigado por todas as idas a campo comigo, por todas as entrevistadas agendadas, por todos os dados que coletou e os registros fotográficos.

Um agradecimento saudoso em direção ao céu à minha querida irmã Sara Cristina (*in memoriam*), esta dissertação nos proporcionou diversos encontros devido a pesquisa, bem como após sua partida se tornou um grande desafio a ser superado por mim, pois é impossível olhar para este trabalho sem lembrar em meio as lágrimas de toda sua dedicação e cuidado durante minhas idas a São Mateus. É duro encarar o “nunca mais”, é muito duro ter de lidar com tão brusca separação. Hoje recorreremos as boas lembranças e com o imenso desejo de ter pelo menos mais UMA VEZ, mais um encontro. Dedico esse trabalho a você minha querida.

Agradeço de modo muito especial o meu orientador José Sampaio, uma referência para minha vida em várias dimensões, obrigado por seu exemplo profissional, por todo apoio e incentivo que tens me dado, obrigado por sua orientação e sobretudo, por sua preocupação cotidiana em ajudar ao próximo, seu exemplo me tornou uma pessoa melhor.

A todo o corpo docente do programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, de modo especial a Marivânia, Franci, Zulene, Itaan, Bráulio, Fred, Alan. Obrigado por todo conhecimento compartilhado. A Elizete, obrigado por todo apoio dado ao longo desses dois anos.

Aos meus colegas de turma, me sinto honrado em ter feito parte de uma turma com tantas contribuições e debates enriquecedores, a destacar: Igor Breno, Thalyne, Thamires, Aylana, Marco Silva, Marco Aurélio, Elgonzales, Ricardo.

Aos meus queridíssimos amigos, frutos da vivência acadêmica, mas que transcenderam os muros da universidade e hoje fazem parte da minha casa e da minha família: Rosalva Reis, Silvino Jardim, Ronaldo Sodré, Zuleide, Samuel e Jocicleia. Vocês são especiais ao meu coração.

Aos amigos do Grupo de Estudo em Dinâmicas Territoriais (GEDITE), agradeço o acolhimento e a fraternidade de sempre.

Aos assentados do Projeto de Irrigação Salangô, pelo acolhimento e disponibilidade a ajudar na pesquisa, dedicando parte de seus tempos para acompanhar algumas visitas de exploração da área, bem como pelas horas de conversa a respeito do projeto.

Ao gestor do Projeto Salangô Francisco Torres, minha gratidão especial por toda sua contribuição, por me receber em sua casa alguns domingos e pelas horas de conversas em torno do projeto. Minha gratidão a sua esposa, sempre muito atenciosa e gentil, obrigado por todas as sobremesas, cafés e contribuições.

Ao Carlos Lopes, secretário adjunto da secretaria municipal de agricultura, obrigado pela atenção de sempre e por toda contribuição com os dados levantados.

Ao Aragão, assentando do projeto assistente na secretaria municipal de agricultura.

A Rede DATALUTA, foram dois anos de muita aprendizagem a partir das discussões e pesquisas em torno da questão agrária.

A UEMA, em nome de todas as pessoas na instituição que contribuíram para a caminhada até aqui, de modo especial aos professores do curso de Geografia, Wasti, Regina, Cláudio José, Fernando, Ana Rosa e Ademir Terra.

A CAPES, por todo suporte com a Bolsa de estudos.

RESUMO

O presente trabalho faz uma relação do processo de modernização dos campos agrícolas a partir de políticas aplicadas pelo Estado sob o discurso de desenvolvimento econômico com as novas configurações produtivistas estabelecidas no campo. Deste modo, verificou-se o processo de constituição das relações entre agricultura e indústria no Brasil, e, especialmente no Maranhão, com ênfase na utilização da agricultura como setor estratégico de desenvolvimento. Neste sentido, analisamos por meio desta pesquisa as implicações do projeto de irrigação Salangô no Município de São Mateus do Maranhão, tendo como enfoque as transformações socioeconômicas ocasionadas nas famílias assentadas na área do perímetro irrigado durante e após sua implantação. Para isso, tomando como suporte a indicação metodológica do Materialismo Histórico Dialético, usamos como estratégias para a efetivação desse trabalho, a análise das ações do Estado na dinâmica de produção agrícola do município, o depoimento dos gestores e agricultores acerca das perspectivas e historicidade do projeto; observação direta da área a fim de apreender as relações existentes entre agricultores e o interesse agroindustrial; análise documental e referencial teórico sobre desenvolvimento, território, agricultura e industrialização. Como resultados, identificamos que as descontinuidades e falta de assistência aos pequenos produtores tanto após a implantação quanto após o projeto de revitalização contribuíram para um processo de apropriação dos lotes destinados aos assentados pelos empresários agrícolas que passaram a se estabelecer no município. Do ponto de vista socioeconômico a área do projeto de irrigação Salangô contribui com uma produção de arroz em torno 30% da produção total do município, contudo para os assentados da área, tal percentual pouco se obteve melhorias nas condições de vida, haja vista que há uma apropriação produtiva por meio dos empresários agrícolas.

Palavras-chave: Agricultura. Desenvolvimento. Território.

ABSTRACT

The present work relates the modernization process of agricultural fields based on policies applied by the State under the discourse of economic development with the new productivist configurations established in the field. In this way, it was verified the process of constitution of the relations between agriculture and industry in Brazil, and, especially in Maranhão, with emphasis on the use of agriculture as a strategic development sector. In this sense, we analyzed through this research the implications of the Salangô irrigation project in the Municipality of São Mateus do Maranhão, focusing on the socioeconomic transformations caused in the families settled in the area of the irrigated perimeter during and after its implantation. For this, taking as a support the methodological indication of Dialectical Historical Materialism, we use as strategies to carry out this work, the analysis of State actions in the dynamics of agricultural production in the municipality, the testimony of managers and farmers about the perspectives and historicity of the project ; direct observation of the area in order to understand the existing relationships between farmers and the agro-industrial interest; documentary analysis and theoretical framework on development, territory, agriculture and industrialization. As a results, we identified that the discontinuities and lack of assistance to small producers both after implementation and after project contributed to a process of ownership of the lots for those settled by the agricultural entrepreneurs who have now established themselves in the municipality. From the socioeconomic point of view, the area of the Salangô irrigation Project contributes to rice productions around 30% of the total production of the municipality, however for the settlers in the area, this percentage had little improvement in living conditions, since there is productive appropriation through agricultural entrepreneurs

Keywords: Agriculture. Development. Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Localização do Município de São Mateus do Maranhão.	15
Tabela 1 - Medidas portuguesas para o fomento da economia no Maranhão.	30
Mapa 2 - Bacia hidrográfica do Rio Mearim	37
Figura 1 – Planta do perímetro irrigado Salangô.....	40
Figura 2 - Conjuntos elevatórios montados em uma plataforma de concreto.	41
Figura 3 - Abastecimento do canal principal.....	42
Figura 4 - Comportas de aço dos canais de irrigação do projeto Salangô.	42
Figura 5 - Rede elétrica do projeto Salangô.....	43
Tabela 2 - Despesas orçadas para implantação do projeto de irrigação Salangô.....	44
Figura 6 - Centro de treinamento	45
Figura 7 - Fiação em deterioração	45
Figura 8 - Bombas de irrigação por aspersão.	45
Figura 9 - Canos em PVC para irrigação por aspersão.....	45
Figura 10 - Arroz irrigado por inundação	46
Figura 11 - Arranjo técnico em um canal secundário.	46
Figura 12 - Galpões para estocagem de insumos do projeto Salangô.....	46
Figura 13 - Centro de treinamento do projeto Salangô.	47
Figura 14 - Canais de irrigação sem manutenção.....	48
Tabela 3 - PIB a preço corrente, valor adicionado segundo setor econômico e percentual de participação da agropecuária, São Mateus do Maranhão (2002 a 2017)	50
Gráfico 1 - Valor da produção de arroz e participação no valor adicionado da agropecuária	51
Gráfico 2 - Produção de arroz em toneladas no município de São Mateus do Maranhão no período de 2000 a 2019.	52
Tabela 4 - Associações de moradores do Salangô.	62

Tabela 5 - Distribuição de valores para revitalização do projeto	70
Figura 15 - Centro administrativo Salangô.	71
Figura 16 - Auditório.....	71
Figura 17 - Centro técnico	71
Figura 18 - Centro técnico.....	72
Figura 19 - Refeitório.....	72
Figura 20 - Depósito para armazenamento de insumos, área externa.....	72
Figura 21 - Depósito para armazenamento de insumos, área interna.....	72
Figura 22 - Depósito para armazenamento dos equipamentos de irrigação.	73
Figura 23 - Canal de irrigação principal.....	73
Figura 24 - Estradas de acesso ao projeto Salangô.....	74
Figura 25 - Estradas de acesso ao projeto Salangô.....	75
Figura 26 - Rede de drenagem as margens da via de acesso ao projeto de irrigação Salangô	75
Figura 27 - Estação de captação de água.....	76
Figura 28- Quadros de comando.....	76
Figura 29 - Estação de captação e bombeamento.....	77
Figura 30 - Quadros de comando.....	77
Figura 31 - Fluxograma da integração produtiva dentro do perímetro irrigado.	78
Figura 32 - Área ocupada por agricultor na qual o ITERMA reivindica a retomada de posse.....	87

LISTA DE SIGLAS

Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CPA - Companhia de Promoção Agrícola

FETAEMA - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária

ITERMA - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

MI - Ministério da Integração Nacional

MMA - Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PGC - Programa Grande Carajás

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar

SAGRIMA - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca

SiBCS - Sistema Brasileiro de Classificação de Solos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A AGRICULTURA EM ROTA DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E NO MARANHÃO.....	23
1.1 A agricultura enquanto setor estratégico de desenvolvimento	23
1.2 A constituição histórica da economia maranhense em um movimento da industrialização à (Agro)industrialização.	29
2 PROJETO DE IRRIGAÇÃO SALANGÔ: DO CANTO AO GRITO	36
2.1 Salangô: uma história de rupturas entre o previsto x realizado	36
2.1.1 Estrutura do projeto de irrigação Salangô.	41
2.1.2 Projeto de irrigação Salangô após a implantação:	44
2.2 Uma análise socioeconômica de São Mateus a partir das possíveis implicações do Salangô.	49
2.3 A constituição dos assentamentos na área do perímetro irrigado enquanto estratégia de luta pela terra.....	55
3 (RE)VITALIZAÇÃO: UMA LINHA TÊNUE ENTRE PASSADO E PRESENTE	66
3.1 Revitalização do projeto de irrigação Salangô: um socorro para quem?	66
3.2 Território Salangô: um espaço de transformações e múltiplas territorialidades ..	81
3.3 Revitalização da terra e a terra em questão	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	96

INTRODUÇÃO

Historicamente a agricultura sempre cumpriu papel estratégico no processo de desenvolvimento capitalista, sendo esta desenhada e redesenhada por políticas econômicas que impulsionaram o processo de modernização e expansão de suas atividades, fato que pode ser observado na política macroeconômica do pós-64, que esboçou políticas setoriais, a exemplo da política agrícola de modernização, na qual se ofertava crédito rural subsidiado a fim de aumentar a oferta e a produtividade por meio de maiores interações entre agricultura e indústria.

Ao eleger a agricultura como um dos setores estratégicos de sustentação do modelo econômico, a antiga base de operacionalização da atividade, extensiva e pouco moderna, teve de ser substituída por um novo padrão sustentado na mecanização e quimificação intensivas. A mesma far-se-á através da adoção de modernas tecnologias provenientes de países ricos, com o que a agricultura terá condição de cumprir satisfatoriamente suas funções básicas, já que sua efetivação possibilitaria, em curto prazo, o aumento da produção, da produtividade e do lucro. (MESQUITA. 2011, p.36).

Nessa perspectiva, a partir de meados da década de 1970, o Estado dá ênfase para as políticas de crédito rural e para os investimentos na infraestrutura rural. Com efeito, a agricultura brasileira emergiu em uma rápida e crescente mecanização, bem como possibilitou o surgimento de diversos projetos de irrigação. A implantação destes projetos propiciou inúmeras mudanças no campo brasileiro, sobretudo no modo de vida da classe camponesa¹ que se constituía em boa parte das áreas nos quais estes foram instalados.

Nesse contexto, tendo de um lado a agroindustrialização pautada em uma política de produção voltada para a geração de excedentes e exportação, e do outro, comunidades camponesas, que em seu modo de vida cultivavam para atender as necessidades intrafamiliar, surge então um solo fértil para diversas conflitualidades, haja vista que as territorialidades agroindustriais passam a ser impostas aos camponeses alocados nos perímetros irrigados, os pressionando a adequar-se para atender as demandas do capital.

¹ Acerca do que vem ser camponês, Wolf (1976) explicita que: “primeiro é que o camponês é aquele que tem acesso a uma parcela de terra para produzir. Segundo é que essa produção se faz fundamentalmente a partir da força de trabalho familiar. Terceiro é que, sendo familiar a unidade camponesa é, a um só tempo, unidade de produção e consumo”.

São em meio a estas relações intersetoriais entre agricultura e indústria que foi proposto, nesta dissertação, a análise das implicações do projeto de irrigação Salangô no município de São Mateus do Maranhão, também buscou-se compreender as transformações socioeconômicas ocasionadas nas famílias assentadas na área do perímetro irrigado após a intervenção do Estado na produção agrícola da localidade com a implantação do sistema de irrigação Salangô, bem como a contribuição do projeto para o desenvolvimento do município.

Levando em consideração que a dinâmica da economia maranhense sustenta-se em uma base agrária, tendo sua estrutura social formada por camponeses e empresários agrícolas do agronegócio, acreditamos ser imprescindível à realização de uma análise acurada da relação existente entre o camponês e o processo de agroindustrialização no estado, haja vista que estas relações podem subsistir em um verdadeiro campo minado de conflitos e lutas de classe. Neste sentido, foi escolhido o projeto de irrigação Salangô como o recorte a ser estudado por bem representar as relações supracitadas, tendo este território passado por uma expressiva alteração em função das demandas do capital, e principalmente por voltar a ser apresentado como um projeto de grandes possibilidades de desenvolvimento socioeconômico no município mesmo após ter passado por mais de duas décadas abandonado pelo estado.

A escolha deste campo empírico se justifica ainda em função da minha relação com o município, sendo natural de São Mateus, ainda na infância, pude acompanhar a efervescência social promovida a partir da oficialização da implantação deste grande projeto de irrigação. As expectativas eram grandes, haja vista que nos discursos oficiais seria possível, a partir de grandes produções agrícolas dinamizar a economia do município, pois este se tornaria um polo agrícola dentro do estado, coadunando desta forma na implantação de indústrias e consequentemente desenvolvimento de empregos, circulação de capital, aumento das vendas no comércio e a possibilidade de permanência do homem no campo. A este respeito, cabe pontuar que tais premissas geraram euforia em parte significativa de diversos estratos da população do município.

Empresários contavam com o aumento na circulação de capital no município para favorecer suas vendas e elevar suas receitas, já para a maioria dos jovens, que ao completarem a maior idade ficavam sem ofertas de empregos, restava a opção de migrar para outros estados, principalmente para região Sul e Sudeste, entretanto, com

isso, ganhavam a expectativa de empregos, e, deste modo, à possibilidade de permanecer próximo aos familiares.

Para os agricultores, esperava-se elevar a produtividade e comercialização dos produtos, tendo como consequência a melhoria da renda.

Destaca-se ainda a preferência de se estudar o Projeto de Irrigação Salangô devido um estudo feito anteriormente em um trabalho de conclusão de curso apresentado para a Universidade Estadual do Maranhão, onde foi caracterizado a área como território camponês e identificadas as causas - a partir da fala dos agricultores e gestores - que levaram a não concretização das premissas preconizadas no projeto inicial. Deste modo, considerando a relação crescente entre o pesquisador e o objeto de estudo, sentiu-se a necessidade de realizar um estudo mais aprofundado sobre as implicações advindas da implantação do projeto de irrigação para as famílias assentadas, bem como compreender o comportamento dos assentados frente às novas estruturas inseridas com um processo de revitalização que se iniciou após a conclusão do trabalho.

Diante das justificativas acima, considerou-se leitura de autores como Weber, Foucault... como um importante balizador para retomada do campo empírico e aprofundamento da reflexão acerca das questões presentes na área, como bem explicita Foucault, a experiência da pesquisa é um processo que atravessa e transforma, conjuntamente, sujeito (pesquisador) e objeto (problema de pesquisa), de modo que “um campo de experiências em que sujeito e objeto são ambos constituídos apenas em certas condições simultâneas, mas que não param de se modificar” (FOUCAULT, 1984/2004d, p 238).

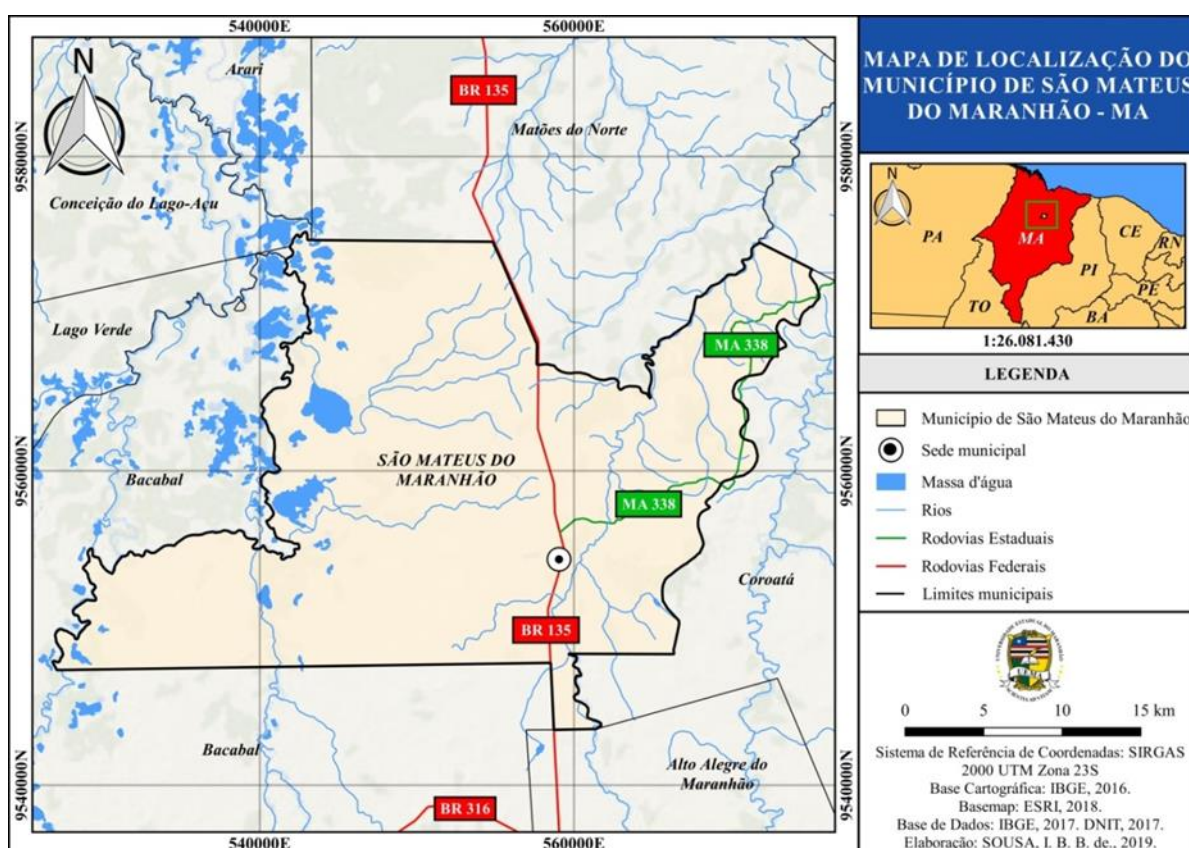
Deste modo, voltou-se ao projeto Salangô com o olhar mais atento as questões socioeconômicas e suas possíveis alterações por meio da implantação do projeto. A este respeito, Weber faz uma breve reflexão sobre o que designamos como fenômenos socioeconômicos, pois, faz-se importante pensar que o caráter destes fenômenos é vinculado aos nossos interesses de conhecimentos. Face ao exposto, considerando o expressivo investimento para implantação do projeto Salangô, teria ele contribuído com o crescimento econômico do município?

O Projeto de irrigação Salangô implantado em 1993 pelo governo do estado do Maranhão que, conforme projeto básico de implantação compreende uma área de 3.216 ha, foi instalado na margem direita do Rio Mearim, tendo a empresa Coesa Engenharia Ltda como responsável pela execução das obras. Esse projeto obteve

financiamento do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), todavia, dada as mudanças ministeriais do governo federal, os repasse de recursos passaram a ser do ministério da Integração Nacional. A área de implantação do projeto abrange o território de dois povoados no município de São Mateus do Maranhão, denominados de povoado Água Preta e Água Branca.

O Município de São Mateus do Maranhão, localizado na microrregião do Médio Mearim, dista 180 km da capital. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), São Mateus tem uma área territorial de 783,224 Km², uma população estimada, em 2019, de 41.529 habitantes e conforme se observa no mapa 1, limita-se ao norte com os municípios Arari e Matões, ao sul com Bacabal e Alto Alegre do Maranhão, a leste Coroatá e a oeste com Bacabal.

Mapa 1 - Localização do Município de São Mateus do Maranhão.



O Salangô custou mais de R\$ 70 milhões aos cofres públicos e, por razões ainda desconhecidas, as obras de implantação foram interrompidas durante a fase inicial, sendo este, entregue para operação com estruturas muito aquém do previsto

no projeto inicial. Por mais de duas décadas o projeto de irrigação Salangô configurou-se como símbolo de insucesso e abandono, tendo sua funcionalidade comprometida por aspectos estruturais e sociais desde anos iniciais de sua operacionalização, sendo este, comprovado na baixa produção agrícola face ao previsto. Todavia, a atual administração do município de São Mateus e do governo do estado do Maranhão tem buscado a sua revitalização, a fim de que sua operação garanta maior produtividade dos lotes agrícolas.

Desta forma, conforme informações divulgadas no site do governo do Estado do Maranhão no ano de 2015, o governo do estado oficializa o projeto de revitalização e anuncia o repasse inicial de R\$ 3 milhões para recuperação das estruturas de irrigação, tal fato foi amplamente divulgado dentro do município e, por conseguinte, motivo de novas expectativas e alterações no modo de vida dos assentados. Com o início das obras de revitalização, o Estado por meio de suas instituições responsáveis pelo ordenamento territorial e produção agrícola, passou a implementar diversas ações com a finalidade de elevar a produtividade da área do perímetro irrigado, neste tocante, buscou-se por meio de um processo de recadastramento das famílias assentadas identificar os lotes em que as famílias não estavam residindo dentro do município, bem como as que não correspondiam às demandas produtivas requeridas pelo Estado, tal fato coadunou em inúmeros descadastramentos e, por conseguinte, perda dos lotes por parte de algumas famílias assentadas.

Nessa perspectiva, tomando por base que “todo conhecimento é resposta a uma pergunta” Bachelard (2005), destacou-se que o recorte de estudo em questão traz, como fio condutor para a pesquisa, as perguntas acerca das famílias assentadas no entorno do perímetro irrigado, pois partindo da lógica de desenvolvimento, as famílias assentadas se reconhecem como mais desenvolvidas após a implantação do Salangô? Como os assentados acolhem as novas estruturas que estão sendo criadas com a revitalização? Teriam eles participação no processo de decisão do modo de produção de suas áreas? Quais foram às alterações geradas na dinâmica econômica do município?

A partir da contrariedade local pensada para a construção do objeto a ser estudado, faz-se necessário lembrar os métodos de pesquisa nas ciências sociais, sendo de suma importância partir de uma problemática teórica, que como bem observado por Bourdieu (2007), “por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, este só pode ser definido e construído em função de uma problemática

teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada”. Face ao exposto, pontua-se como indispensável para esta pesquisa um diálogo sobre a problemática teórica de “desenvolvimento socioeconômico”, buscando desta forma referências que o dialoguem e que o tenham abordado em outros objetos já construídos.

Tratamos a partir de teóricos como Zylbersztajn, Farina e Santos (1993), Goldberg (1968), Sorj (1986), Gonçalves Neto (1997), Furtado (1961), Almeida (1997), Prebisch (1950), Schumpeter (1982) conceitos sobre agroindustrialização, agronegócio, industrialização, desenvolvimento, crescimento econômico, bastante presente ao discutir-se a agricultura enquanto setor estratégico de desenvolvimento, tomando por base as suas transformações a partir de meados do século XX, até sua atual configuração no Brasil, e, de modo especial, no estado do Maranhão.

A ação do Estado por meio da implementação de políticas públicas que visam aumentar a produtividade dos campos agrícolas, ressignificou o uso da terra, transformando-a em mercadoria na qual a principal finalidade se constitui na sua exploração e geração de lucro. Deste modo, sob o discurso de promover o desenvolvimento econômico, foram desenvolvidos grandes projetos, bem como fomentado o aumento das produções a partir de incentivos fiscais e jurídicos, neste processo, os empresários foram e têm sido beneficiados com vastas extensões de terras, explorando-a para geração de excedentes, sobretudo de produtos de interesse no mercado internacional.

Buscou-se compreender a constituição econômica do estado Maranhão e sua inserção na dinâmica de desenvolvimento econômico através de autores como Mesquita (2011), Cabral (2008), Andrade (1984), Trovão (2008) e Barbosa (2015). A partir disto, fez-se um regaste histórico das medidas político-administrativas que refletiram em projetos implementados pelo Estado com o objetivo de promover o crescimento econômico, bem como os fatores externos que contribuíram para implementação dessas medidas e configuração da atual economia do estado do maranhão, que ainda se faz por baseada de forma considerável em atividades agrícolas.

Diante destas características do estado, bem como a modulação das atividades econômicas em torno do âmbito rural, tendo como reflexo uma série de conflitos no campo, fez-se necessário compreender – embora de maneira sintética - algumas

discussões em torno da reforma agrária, bem como a elaboração de medidas jurídicas que orientasse as formas de uso e exploração da terra. Para tanto, nesta pesquisa recorreu-se a autores como Stedile (2012), Leite (2004), Martins (2000), Azar (2011). Estas discussões esclarecem algumas medidas aplicadas no campo empírico no qual se desenvolve esta pesquisa, dado ao fato de sua inserção na problemática de uso, ocupação e exploração da terra.

Para Weber (2003), sempre que um evento da vida cultural vincular-se a um fato básico com significados próprios, ele pode conter um problema de ciência social. Nesta perspectiva, considerando as próprias significações culturais da pesquisa em questão, estando ela vinculada a ciência da realidade, se faz necessário a compreensão da realidade no qual ela está inserida, buscando sua significação cultural, a configuração de suas manifestações e as causas pelas quais ela se desenvolveu historicamente assim e não de outro modo. Tal fato direciona para uma pesquisa eminentemente qualitativa, afinal, como observado por Weber (2003), “toda pesquisa em ciências sociais é uma pesquisa qualitativa, pois toda pesquisa social são significações sociais”.

O Objetivo geral da pesquisa é analisar as implicações do projeto de irrigação Salangô no município de São Mateus do Maranhão, tendo como enfoque as transformações socioeconômicas ocasionadas nas famílias assentadas, durante e após sua implantação.

Para responder a essas questões e para que a finalidade geral seja atingida, definiu-se como objetivos específicos: apreender as mudanças ocorridas no modo de produção das famílias assentadas e como estas se relacionam com as novas estruturas de exploração agrícola no perímetro irrigado; compreender quais são as expectativas em relação à revitalização do projeto, tendo experimentado o insucesso de sua implantação; investigar quais as alterações socioeconômicas ocorreu na área de estudo diante da implantação do projeto inicial e após o processo de revitalização.

Conforme indicação de Marx (2008), para estudar a sociedade, o ideal seria começar pelo concreto. Posto isso, será feita a investigação dessa problemática, utilizando o método Materialismo Histórico Dialético, compreendendo que o ponto de partida para a compreensão da sociedade é determinada em sua totalidade pela maneira de produção dos indivíduos. Dessa forma, este método permitirá que seja feita uma análise da realidade através das relações sociais já existentes, levando em consideração as contradições do campo do real (concreto).

Diferentemente do método Weberiano, que propõe uma interpretação e compreensão dos fatos sociais, reiterou-se a importância de se utilizar o método do materialismo histórico e dialético nesta pesquisa, devido às relações políticas e social historicamente presentes no campo empírico do estudo, assim como pela interação devido à implantação do sistema de irrigação com suas implicações no cotidiano social das famílias no seu entorno, levando em consideração ainda o caráter transitório dos fatos sociais. Vale ressaltar, que segundo Marx, a pesquisa se manifesta de uma realidade social concreta e passa para o papel como um concreto “pensado”, pois o sujeito real subsiste tanto depois como antes, em sua autonomia fora da mente. A este respeito, Trotsky, ao analisar o método de Marx, reforça seu materialismo dialético.

O método de Marx é materialista, pois vai da existência para a consciência, e não na ordem inversa. O método de Marx é dialético, pois observa como evoluem a natureza e a sociedade e considera esta como a luta constante das forças antagônicas. (TROTSKY, 2008, p. 160).

Assim, como estratégias para a efetivação desse trabalho, partiu-se do movimento real do território no qual foi implantado o projeto de Irrigação Salangô, da análise documental que o originou, da observação das relações dos produtores com os agentes que o administram, das transformações socioespaciais ocorridas na área, principalmente a partir das ações do Estado na dinâmica de produção agrícola.

Nesta perspectiva, a análise da realidade local teve como base um total de 25 entrevistas semiestruturadas aos gestores municipais (secretário de agricultura, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, gestor do projeto vinculado a SAGRIMA), aos representantes do território em análise, tais como presidentes de associações de moradores, as lideranças comunitárias, as famílias assentadas, tanto as que moram na área quanto as que somente produzem, mas residem na sede municipal. O total de entrevistas se limitou a esta quantidade devido a repetição nas falas dos entrevistados assentados quanto aos problemas e expectativas acerca do projeto, deste modo foi considerado como suficiente os dados coletados para analisar a área sob a perspectiva dos entrevistados.

Com relação aos agricultores, buscou-se preservar suas identidades, portanto, no texto são identificados como entrevistado1, 2, 3 e assim por diante. Sobretudo, em função de uma série de incertezas quanto a permanência na área devido os seguidos

recadastramentos de assentados que estavam sendo realizados durante o percurso da pesquisa e a fim de apreender os ideais que constituíram o projeto de irrigação, foi realizada ainda uma pesquisa documental dos relatórios oficiais de implantação do projeto, de viabilidade econômica, condições mercadológicas e relatórios de custos, tanto relativos à implantação quanto da revitalização.

Realizou-se ainda diversas visitas ao perímetro irrigado para registros fotográficos e comparação daquilo que fora previsto e o que efetivamente foi realizado. A partir das visitas ao perímetro irrigado, fez-se análise da área a partir da observação, no qual se tentou extrair os dados presentes na área, levando em consideração até mesmo aqueles que estão no campo do interdito.

Para compreensão da constituição do território, foi de suma importância o levantamento de dados secundários sobre o território em estudo, no que diz respeito à criação do assentamento, o porquê este território foi escolhido para ser implantado o projeto de irrigação, a quantidade de famílias assentadas, produção agrícola da área, exportação e consumo da produção. Para tanto, foram realizadas entrevistas no Instituto de Colonização de Terras do Maranhão (ITERMA), órgão responsável pelo controle e sistematização dos projetos de assentamentos rurais no estado, bem como na Secretaria de Agricultura Pecuária e Pesca (SAGRIMA), responsável pela administração do projeto Salangô.

Para dar respostas às questões elencadas na pesquisa em relação às mudanças ocorridas no modo de produção das famílias assentadas e como estas se relacionam com as novas estruturas de exploração agrícola no perímetro irrigado, buscou-se encontrar a melhor forma de representação dos dados que explicita a interpretação da realidade. Para tanto, foram apresentados os dados considerando a área a partir de dois recortes temporais, sendo o primeiro relativo à implantação do projeto no início dos anos 2000, e segundo ao processo de revitalização e todas as suas transformações acometidas na área a partir do ano de 2015.

Quanto as implicações socioeconômicas do projeto de irrigação Salangô no município, buscou-se respostas através de entrevistas a gestores e assentados, bem como uma vasta pesquisa em sites oficiais de dados econômicos tais como Ipeadata, Compara Brasil, todavia foram considerados como indicadores mais sensíveis para esta pesquisa, o PIB municipal, cujo dados compilados do IBGE e IMESC-MA, bem com Censo Agropecuário do IBGE de 2000 a 2018 para se analisar o comportamento

da agricultura. Após coleta de dados, foi realizada a sistematização e análise por meio da organização de tabelas e gráficos para visualização.

Utilizou-se no decorrer da pesquisa os seguintes processos operativos: observação direta; análise crítica das entrevistas dos gestores que representam o estado e estão à frente da administração do projeto para analisar suas perspectivas em relação aos investimentos e o que se espera em termos de produção da área; os depoimentos dos agricultores a fim de apreender como estes se sentem em relação ao projeto e as estruturas produtivas implantadas na área; análise dos processos judiciais por reintegração de posse para compreender a lutar por terra dentro do perímetro irrigado; narrativa histórica acerca da constituição econômica do estado; elaboração de mapas e figuras para expressar as relações existentes no processo produtivo e etc.

Essa exposição está estruturada por esta introdução, três capítulos e considerações finais, conforme é caracterizado a seguir.

No capítulo 1, foi discorrido acerca da historicidade da agricultura a partir dos processos de acumulação capitalista, no qual a emergiu em uma rápida e crescente transformação. A agricultura sempre ocupou lugar de destaque dentro das políticas governamentais que visam promover desenvolvimento econômico, dentro desta perspectiva, neste capítulo abordou-se a agricultura como setor estratégico de desenvolvimento econômico, desta forma, colocou-se em discussão o processo de modernização dos campos agrícolas no Brasil e no Maranhão, bem como a definição dos conceitos de desenvolvimento, agroindustrialização e agronegócio.

Foram tratados também alguns elementos históricos que permitiram compreender a relação da indústria com a agricultura maranhense, e, com efeito, atual configuração econômica do estado do Maranhão. Para tanto, discorreu-se sobre algumas medidas políticas, bem como fatores externos que foram modelando a economia maranhense e constituindo sua dinâmica econômica e produtiva do estado.

No capítulo 2, tratou-se da história do projeto de irrigação Salangô a partir de sua implantação, demonstrando suas as condições estruturais após quase duas décadas de sua implantação. Tomando por base os documentos oficiais de implantação do projeto, verificou-se o que estava previsto e as condições em que se encontrava a área até o ano de 2015, para tanto, recorreu-se aos registros fotográficos realizados em outro momento de visitas investigativas ao campo.

A partir da análise da forma de constituição do projeto de irrigação, buscou-se identificar as possíveis implicações socioeconômicas na dinâmica produtiva do município de São Mateus do Maranhão, para tanto foi analisado o PIB municipal realizando comparações com a participação agropecuária em seu valor, a composição do PIB setorial e a fala dos entrevistados quantos as possíveis melhorias nas condições de vida.

Ainda neste capítulo, foram levados em consideração os conflitos por terra a partir da distribuição dos lotes para cultivo estabelecido no projeto inicial. Neste sentido, discorreu-se acerca da constituição de assentamentos rurais enquanto estratégia de luta na/pela terra, haja vista que as manifestações realizadas por parte dos agricultores juntos aos sindicatos contribuíram para significativas transformações na área do perímetro irrigado, inclusive o tornando em um projeto de assentamento rural.

Foi abordado, no capítulo 3, o projeto de irrigação a partir do processo de revitalização, iniciado no ano de 2015 e ainda em execução. Desta forma, apresentou-se as novas estruturas montadas na área do perímetro irrigado, bem como o destaque na relação dos produtores com os empresários agrícolas do município. Neste tocante, refletiu-se a quem, de fato, atende as estruturas implantadas na área e quais foram às alterações na vida dos assentados.

Considerando que este território se constituiu a partir de lutas pela posse e exploração da terra sob distintos matizes, buscou-se teorizar sobre o conceito de território, sendo este, um conceito chave na ciência geográfica, e que ajuda a entender as forças que se impõe e dominam o território no qual foi implantado o projeto de irrigação.

Nesta perspectiva, destaca-se ainda a revitalização da terra e a terra em questão, no qual analisou-se um processo judicial iniciado a partir da revitalização da área. A este respeito, à medida que o estado implementava novas políticas para dinamizar a produtividade, foi identificado a posse de uma expressiva área dentro do perímetro irrigado, no qual o posseiro se intitulava o dono da área. Diante desta situação, inicia-se uma série de ações judiciais travadas entre o estado e o posseiro para validar a quem pertence a propriedade da área.

Como considerações finais, foram destacados aspectos relevantes e conclusivos acerca das articulações existentes entre os produtores e o interesse empresarial, bem com ação do estado na dinâmica produtiva da área.

1 A AGRICULTURA EM ROTA DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E NO MARANHÃO.

1.1 A agricultura enquanto setor estratégico de desenvolvimento

Na dinâmica de desenvolvimento capitalista, a agricultura foi continuamente utilizada como importante setor a contribuir para o crescimento econômico de diversos países. Levando em consideração o atual processo de mundialização no qual estamos envolvidos, esta se tornou dependente do que acontece na dinâmica econômica e produtivista em escala mundial. Deste modo, para compreensão das transformações na qual ela vem se constituindo, se faz necessário um olhar atento às ações do Estado por meio de suas políticas públicas, bem como o desenvolvimento tecnológico e a interação do capital com o mercado nacional e internacional.

A agricultura é notadamente marcada após o fim da segunda guerra mundial, período em que houve um intenso investimento em pesquisa e desenvolvimento científico. Neste mesmo período dá-se início ao processo de modernização da agricultura por meio do uso de máquinas, insumos e técnicas produtivas que viabilizaram o aumento da produtividade do trabalho e da terra, conhecido como revolução verde². No período que se seguiu o pós-guerra, as dinâmicas populacionais também vivenciavam significativas transformações, pois a população mundial crescia, havia um intenso processo de migração rural-urbano e, com efeito, o decréscimo da população rural. Neste contexto, a revolução verde foi celebrada, dada sua capacidade de aumentar a produção de alimentos diante de projeções que previam seu arrefecimento.

Em atenção às demandas mundiais por agricultura, o discurso sobre a necessidade de elevar a produtividade dos campos agrícolas se fazia cada vez mais crescente, coadunando em uma série de problemas ao setor, sobretudo aos agricultores familiares, que passaram a vivenciar um momento no qual a palavra de lei se dava em torno da elevação das produções, cuja finalidade estava mais centrada em atender as exportações do que o mercado interno, bem como se consolidava um

² É o período marcado por geração de conhecimentos tecnológicos destinados à agropecuária do mundo inteiro e sistematizados em pacotes tecnológicos abrangendo a área da química, da mecânica e da biologia. (BELATO apud ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001, p. 13).

processo inversamente proporcional, no qual se aumentava a produção e se diminuía o número de empregos no campo, dada a sua substituição por máquinas.

Neste sentido, as novas relações estabelecidas na agricultura coadunaram em uma organização produtiva com forte integração entre agricultura e indústria, consolidando, inclusive, o termo, que por meio da aglutinação entre essas duas palavras, convencionou-se chamar de agroindústrias. Neste contexto, Zylbersztajn, Farina e Santos (1993) destaca que, no final do século XX e início do século XXI, a agricultura passou a ser vista notadamente sob o enfoque das cadeias produtivas, configuradas como um conjunto de operações interdependentes que, se realizadas em uma dada sequência, resultam em um produto final a ser comercializado.

Diante dessas novas dinâmicas estabelecidas no campo, a agricultura é marcada de maneira profunda, alterando suas formas de cultivo, finalidade de produção e, sobretudo, os produtos cultivados. Neste contexto, a ênfase nas produções agrícolas passa a se constituir de maneira pujante sob o viés de mercado, deste modo, aliado às cadeias produtivas que geram excedentes para comercialização, surge também o termo agronegócio, conforme conceitua Goldberg (1968, apud SOGLIO; KUBO, 2016, p. 13).

Agronegócio é um conjunto de atividades envolvidas na produção, processamento e distribuição de um produto agrícola, incluindo não apenas os insumos, os agricultores, o armazenamento, a industrialização e a comercialização, mas também as instituições que afetam o fluxo das mercadorias, tais como o governo, as bolsas de mercadorias e as associações interessadas.

O conceito de agronegócio constitui-se de forma positivada e com a conotação de progresso, crescimento econômico, modernidade, e por vezes até como sinônimo de agricultura. Contudo, cabe pontuar a dissonância existente entre agricultura e agronegócio, haja vista que o primeiro, em linhas gerais, se constituiu com o objetivo de garantir a soberania alimentar e segurança alimentar da sociedade, e o segundo, em uma perspectiva de garantir ganhos econômicos através das trocas de mercadorias ao longo das cadeias de produção e mediante o acesso a mercados globais.

A inserção do Brasil nestas novas dinâmicas pela qual passava, a agricultura apresenta seu arranque inicial a partir de 1950, quando foi redefinido o projeto de industrialização brasileiro durante o governo de Juscelino Kubitschek, no qual houve um esforço para consolidação de um setor produtor de bens de consumo duráveis.

Em meio a esse contexto, começam as importações de máquinas e equipamentos agrícolas, sendo na verdade em primeiro instante não uma “industrialização”, mas apenas e tão somente uma “mecanização” dos campos agrícolas brasileiro. A despeito disso, pontua-se para fins de dimensão que o número de tratores em estabelecimentos agropecuários brasileiro em 1940 era de 3.380 e saltou para 1.229.907 em 2017, conforme censo agropecuário de 2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme dados do censo, observa-se o crescimento substancial no quantitativo de tratores que passaram a fazer parte do território nacional, tais dados nos revelam um dos indicadores do processo de modernização pelo qual passou os campos agrícolas brasileiros. Acrescenta-se que, até o ano de 1959, todos os tratores eram exclusivamente importados, sendo que ainda neste ano foi instalada a empresa FORD, cujo deu início a produção de tratores também no Brasil. Sem dúvidas, novas dinâmicas passaram a se estabelecer na produção agrícola do País, na qual o uso de tecnologias fabricadas pelas indústrias, bem como os mecanismos criados para elevar a produtividade nos campos tem sido cada vez mais utilizado, neste sentido, cria-se uma relação simbiótica entre agricultura e indústria, dando início a formação do que ficou conhecido como complexo agroindustrial.

A agroindústria é uma amalgama de capitais em constante mudança e expressa em esforço contínuo no sentido de transformar a agricultura num processo industrial. Como tal, não existem limites estáticos nem preestabelecidos: a sua área de alcance é determinada pelo progresso e inovações tecnológicas. (GOODMAN; SORJ; WILKISON, 1985).

A agroindústria se organiza em um tripé sustentado pela indústria que produz os maquinários e insumos, a agricultura que cultiva e a indústria que processa toda a produção e leva ao consumidor final. Dado a estas novas conexões de produção, a agricultura brasileira torna-se cada vez mais dependente da ação industrial, sendo esta, agora a agente definidora do “que” e “como” produzir. Segundo SORJ (1986), “CAI (Complexo Agroindustrial) que se constituiu devido à modernização da agricultura, passou a ser o maior acelerador desse processo”. A partir de então, a agricultura brasileira emerge em um resiliente processo de integração ao capital

internacional, atendendo a *posteriori* as demandas de exportação e vendas de commodities³

A até então embrionária modernização no País tem um significativo avanço a partir de 1970, período no qual o governo brasileiro começa a investir de forma mais contundente em políticas de modernização na agricultura, sendo que a instauração de uma série de subsídios do Estado, via os programas de créditos rurais, fora traçado como “o grande marco” da modernização. As intervenções do governo nacional em meio a este processo se fez imprescindível para a velocidade na qual a modernização se estabeleceria. Tais intervenções tiveram atuação na reorganização da extensão de serviços e pesquisas agrícolas, em investimentos na infraestrutura rural, em programas de substituição de importações por industrialização. Desta forma, a agricultura brasileira passa a ser incentivada de forma incisiva a aumentar a sua produtividade e a utilização de tecnologias no campo, o que possibilitou a consolidação e expansão do agronegócio em território nacional.

Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 1960, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva. “O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também”. (GONÇALVES NETO 1997, p. 78). A utilização de maquinários e insumos, sem dúvidas, contribuiu para um rápido crescimento da produção agrícola, favorecendo assim a balança comercial da nação e inserindo-a com destaque em meio à economia mundial.

Cabe destacar que nessa mesma década de 1960, a reforma agrária era discutida enquanto indispensável para o desenvolvimento nacional, e o Estado, sob o discurso de resolver os problemas no campo, via nos incentivos fiscais por meio de subsídios, a resolução deste problema. Entretanto, a configuração concreta destas

³ *Commodities* é o termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária que são transacionados nas bolsas de mercadorias. São normalmente produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, com qualidade quase uniforme e são produzidos e comercializados em grandes quantidades do ponto de vista global. Também podem ser estocados sem perda significativa em sua qualidade durante determinado período. Podem ser produtos agropecuários, minerais ou até mesmo financeiros. (BRANCO 2008).

ações revelou uma série de problemas sociais, onde milhares de pessoas migram para as cidades, concentrando-se principalmente nas favelas.

Deste modo, a paisagem brasileira é significativamente transformada após a série de medidas implantadas pelo Estado com a finalidade de alcançar o desenvolvimento industrial, no qual se investia em programas de infraestrutura, transportes e indústrias nas cidades, bem como se estabelecia a necessidade de desenvolvimento nos campos, onde a agricultura também deveria estar inserida no processo de modernização no qual era submetido o território nacional. Neste sentido, os discursos e orientações em torno das políticas públicas voltadas para agricultura era imbricado de uma perspectiva desenvolvimentista.

Os planos desenvolvimentistas oficiais inspirados nesta visão desenvolvimentista passam a definir as competências dos agricultores e as características do sistema técnico que eles devem colocar em operação. Os órgãos públicos de difusão de tecnologias têm a tarefa de “enquadrar” os agricultores no “modelo” de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização. (ALMEIDA, 1997, p. 40).

Diante dos traços expostos a respeito do processo de modernização dos campos agrícolas a fim de promover desenvolvimento socioeconômico, torna-se necessário à compreensão de algumas concepções do que vem ser desenvolvimento, sobretudo devido ao fato de entendimentos controversos a respeito deste conceito. Neste sentido, conforme indicação de Souza (1993), por muito tempo, baseando-se em economistas de concepção mais teórica que trabalham com modelos de crescimento de tradição neoclássica e em economistas com inspiração Keynesiana⁴, considerou-se o crescimento do produto como sinônimo de desenvolvimento.

Todavia, ao considerar entendimentos de economistas com posições mais críticas, a exemplo de Prebisch (1950), Furtado (1961) e aqueles de tradição marxista, compreende-se que, embora o crescimento seja uma condição indispensável para o desenvolvimento, não é suficiente, sendo o crescimento econômico uma simples variação quantitativa do produto, a qual pode não estar igualmente distribuída de forma a beneficiar a economia como um todo, bem como a população. A partir desta

⁴ O keynesianismo (ou “modelo” keynesiano) é uma visão de economia que se apoia na ideia de preços (e salários) rígidos. Modelos keynesianos, portanto, seriam aqueles que descrevem a forma pela qual uma economia de mercado se ajusta a choques através de mudanças de “quantidades” ao invés de mudanças de preços, como as preconizadas pelas chamadas correntes clássicas como os monetaristas de Milton Friedman ou, ainda mais notadamente, os “novos clássicos” de Robert Lucas. (CARVALHO, 2009).

perspectiva, o conceito de desenvolvimento pode ser apreendido conforme definição de Souza (1993):

Desenvolvimento se define, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais per capita.

Em consonância com o entendimento acerca do conceito de desenvolvimento para além da dimensão econômica, destaca-se que se faz indispensável levar em consideração elementos e fatores externo ao indicador de crescimento econômico, pois existem inúmeros fatores externos a ele que revela suas transformações. A este respeito, Schumpeter (1982: p. 47), explicita o termo sob a perspectiva de que:

As mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento deve ser procurada fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica. Nem será designado aqui como um processo de desenvolvimento o mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza [...].

Diante de tais entendimentos acerca do conceito de desenvolvimento, cabe pontuar que, embora que associá-lo a uma perspectiva pura e simples de crescimento econômico se configure a um reducionismo e, por conseguinte, esteja obsoleto do ponto de vista epistemológico. É evidente que, na realidade na qual estamos inseridos, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de uma nação ainda é considerado um forte indicador de “desenvolvimento”, e dado a isso, há uma atenção especial a medidas que viabilizem recursos dos setores públicos e privados direcionados para o aumento da produtividade a fim de elevá-lo, muito embora o desenvolvimento humano não esteja acompanhando o mesmo ritmo de crescimento.

1.2 A constituição histórica da economia maranhense em um movimento da industrialização à (Agro)industrialização.

O estado do Maranhão se constituiu economicamente com uma historicidade marcada por diversos conflitos pela posse do território e, com efeito, medidas administrativas que refletiram nas suas características produtivas até os dias atuais. O processo de colonização é registrado com o marco a partir de 1612, período de ocupação francesa e tentativa de implantação da França Equinocial.

A invasão francesa à grande Ilha do Maranhão trouxe a atenção da coroa portuguesa para retomada do território maranhense e sua efetiva colonização⁵. Neste contexto, à medida que a França se estabelecia no território e implantava a infraestrutura do forte para atender seus interesses expansionistas, novas configurações começam a se estabelecer no território, haja vista que as construções do forte implicou em uma organização socioeconômica, política e cultural vinculada a ele.

Outro ponto que marca a história de modelagem econômica do maranhão se dá a partir da ocupação holandesa. De acordo com Trovão (2008, p.15), os Holandeses dominaram o Maranhão de 1641 a 1644, tendo como principais ações o desenvolvimento da produção de açúcar. Ao serem expulsos do território pela coroa portuguesa, Portugal também passou a fomentar a produção de açúcar na área, porém, seu maior objetivo com essa medida era o de povoamento e proteção do território, deste modo, os rendimentos gerados pelo açúcar eram direcionados para proteção do território, e, com efeito, a produção se configurava basicamente para o mercado interno, haja vista que não havia investimentos para sua expansão.

Silva e Ravena (2015, p. 223) apontam que nas últimas décadas do século XVII, a fim de estimular a economia maranhense, Portugal passou a implementar uma série de medidas com a finalidade de promover o desenvolvimento da colônia, conforme pode ser observado na tabela 1 representada abaixo. Todavia, cabe pontuar que a criação dessas instituições não alcançou os resultados esperados, e, com efeito, sem grandes alterações no que concerne ao desenvolvimento econômico do estado.

⁵ Segundo Viveiros (1954), a disposição dos franceses em se estabelecer e fundar uma colônia francesa no Maranhão teria despertado em Portugal, em tempos de união ibérica, a efetiva defesa pela posse da terra conquistada pela expedição de Pedro Alvares Cabral em 1500.

Tabela 1 - Medidas portuguesas para o fomento da economia no Maranhão.

Período	Medidas	Objetivos
1678 - 1680	- Criação do Estanco da Fazenda Real	- Promover o abastecimento do Maranhão de alguns artigos de primeira necessidade, recebendo, como forma de pagamento os gêneros produzidos internamente.
1682-1684	- Criação da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará	- Facilitar a produção agrícola local e sua comercialização, encarregando-se de fornecer 500 escravos por ano, ao longo de 20 anos. Nesse tempo receberia o privilégio exclusivo do comércio do estado do Maranhão.
1693 e 1695	- Assinatura de dois contratos com a companhia de Cacheu	- Introduzir 290 escravos no Maranhão.
1691	- Instalação da provedoria do estado do Maranhão	- Organizar o setor de arrecadação e tributação e estimular a produção e comércio locais, tendo em vista a ampliação dos rendimentos.

Fonte: Cabral (2008, p. 59-60).

Já em meados do século XVIII, o Maranhão é inserido na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), tendo como variáveis que contribuíram para sua inserção, e, para seu almejado desenvolvimento econômico: a implementação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão; a pujante demanda europeia por arroz e algodão; a abertura dos portos em 1808. Estes elementos contribuíram para que o Maranhão, na época se tornasse um importante centro exportador. Contudo, cabe pontuar que a prosperidade alcançada foi passageira, porque tão logo se normalizaram as condições externas que favoreceram sua inserção, o estado tornou-se um fornecedor marginal. (MESQUITA, 2011, p. 25).

Neste contexto de incentivos a uma economia mundializada, surgiram novas configurações nas terras do estado do Maranhão. A este respeito, Cabral (2008, p. 61) pontua que o resultado da demanda pelo algodão maranhense foi a expansão da grande propriedade pelos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Munim em busca de

novas terras, devido o desgaste do solo ocasionado pela utilização de tecnologias precárias. Neste sentido, acerca do processo de desenvolvimento da área. Andrade, (1984, p.44-45) explicita que:

O progresso consistiu apenas numa ampliação da área cultivada, num aumento de população e de produção de certos artigos tropicais, o algodão e o arroz, sobretudo. Em função disto, apenas uma minoria de comerciantes – ingleses e portugueses, sobretudo, - estabelecidos em São Luís e Caxias e um pequeno grupo de grandes proprietários se beneficiaram do lucro advindo do crescimento de exportação e poderiam, por exemplo, enviar seus filhos a estudar na Europa.

Acrescenta-se que essa dinâmica econômica baseada na monocultura voltada para o mercado externo, se configura nas áreas circunscrita às áreas de colonização pela frente litorânea, que se estabeleceu da ilha do Maranhão em direção ao interior do estado pelos vales dos rios Mearim, Pindaré, Itapecuru e Munim. Portanto, estes elementos são apresentados como progresso face às políticas adotadas para viabilizar o desenvolvimento do estado, neste contexto, se restringiu a apenas e tão somente a essa frente de ocupação.

A partir de 1850, uma crise na lavoura algodoeira e no cultivo de cana-de-açúcar, coadunou em uma agricultura voltada para o abastecimento familiar, bem como o extrativismo do babaçu. Este se revelou como uma atividade com perspectivas de elevados lucros, atraindo, desta forma, empresas estrangeiras, como a Oversea Company Ltda da Noruega. Após a segunda guerra mundial, houve uma diminuição e até mesmo cancelamento na procura de óleos do coco babaçu nos mercados europeus e norte americano, tal fato agravou os prejuízos que acometia o estado. (FERREIRA, p.128-129).

Em função das crises mencionadas, o estado do Maranhão volta a se consolidar com destaque nos cultivos por meio da agricultura familiar, nesta perspectiva, Trovão (2008, p. 24-26) destaca que, em meados do século XX, houve uma penetração de nordestinos no estado em busca de terras disponíveis e agricultáveis, com efeito, uma das consequências desta penetração se deu na revitalização das cidades ribeirinhas que estavam estagnadas desde a época algodoeira. Ao se estabelecerem nessas cidades, mudou-se a opção econômica dos municípios para a produção de arroz, voltado para o mercado interno.

De acordo com os historiadores, até meados da década de 1770, no Maranhão era cultivado o arroz vermelho, no entanto, com a finalidade de abastecer a metrópole

portuguesa, a partir disto, foi proibido seu cultivo e passou a ser cultivado o arroz branco, conhecido na época como arroz de Carolina.

Em 1980 o estado do Maranhão chegou a ser o maior produtor de arroz em terras altas do país e o segundo em produção nacional, participando com 18% da produção nacional. (MÉNDEZ DEL VILLAR et al., 2001). No entanto, após 1980 a pecuária bovina passa a ocupar as áreas tradicionais de cultivo, localizadas nos vales dos rios, ocasionando uma significativa redução em produção e área plantada, contudo o estado do Maranhão ainda vem apresentando destaque na produção nacional.

De acordo com Maranhão (2016), O Maranhão é o 5º estado de maior produtividade de arroz do país e o 1º do Nordeste. Na Safra 2014/2015, o Maranhão produziu 314.486 toneladas em uma área colhida de 239.004 hectares, obtendo um rendimento médio de 1.316 kg/ha com valores menores (46,4%, 38,6% e 12,7%) respectivamente quando comparado com a safra anterior. Isso foi decorrente dos efeitos da estiagem prolongada que afetou praticamente todos os municípios do Estado. De acordo com o censo agropecuário de 2017, a produção de arroz por área colhida no Maranhão somou o total de 83.756 hectares.

O Maranhão apresenta algumas vantagens em comparação a outros estados produtores de arroz, entre elas, vantagens agroecológicas, como solos, disponibilidade de água, clima e a sua condição geográfica. Além disso, cabe destacar que está próximo dos demais estados do Nordeste, região que não tem uma sólida estrutura produtiva para a cultura do arroz, possibilita vantagens do ponto de vista mercadológico. (MÉNDEZ DEL VILLAR et al., 2001). Acerca da produção de arroz no estado, essa discussão continuará mais a frente ao serem avaliadas as implicações econômicas do Salangô em São Mateus.

Quanto a inserção do Maranhão no processo de industrialização, este não se fez muito diferente da realidade acometida ao território nacional. Barbosa (2006) explicita que “com o esgotamento do milagre econômico (1973), o Maranhão voltava a se integrar na estratégia dos militares para solucionar a crise brasileira através da reorientação do padrão de industrialização”. Neste contexto, até a década de 1990, a integração do Maranhão a uma economia de acumulação de capital, dava-se

essencialmente como um espaço no qual se estabeleceram empresas transnacionais, tendo como destaque a VALE⁶ e ALUMAR⁷

[...] a inserção do Maranhão na dinâmica do capital transnacional foi marcada pela ação dos grandes projetos industriais (projetos minero-metalúrgicos e polos industriais que se desenvolveram no bojo do Programa Grande Carajás. O PGC, preliminarmente, visava demonstrar a vocação da Amazônia Oriental para o desenvolvimento de atividades minero-metalúrgico e de reflorestamento, notadamente na região do Projeto Ferro Carajás. A premissa fundamental era o aproveitamento econômico da região, com projetos de grande porte e investimentos de infraestrutura. (BARBOSA, 2015, p. 24).

Já no que concerne a dinâmica agroindustrial no estado do Maranhão, pontua-se que, esta, se estabeleceu de forma mais paulatina se comparada a outras regiões, sendo possível observar um avanço mais expressivo do agronegócio somente a partir de 1990, a priori na região sul com avanço em direção à região do leste maranhense. Os principais produtos integrados a exportação por meio do agronegócio no estado maranhense constituem-se de eucalipto e soja. A soja é considerada um destaque na economia do estado, tendo no município de Balsas a sua gênese e consolidação agroindustrial, possibilitando assim uma produção em grande escala.

A consolidação da agroindústria no Maranhão teve alguns aspectos que a favorecia, a exemplo disso, destacam-se os baixos preços de terras⁸, estas, muitas vezes sendo incorporadas por meio da grilagem e também com a atuação do estado nas expropriações de camponeses para a apropriação do agronegócio. O ascendente avanço da produção após a atuação do agronegócio se mostra significativo e favorável à economia se comparado há décadas anteriores, tal fato seria responsável também pela inclusão social e melhoria da qualidade de vida de forma concomitante ao seu desenvolvimento econômico. No entanto, este se fez de modo isolado, haja vista que os indicadores sociais continuam no pódio dos mais baixos do País.

⁶ A Vale é uma mineradora brasileira que produz e comercializa minério de ferro, pelotas, níquel, concentrado de cobre, carvão, bauxita, alumina, alumínio, caulim, manganês e ferroligas. Até 2007 era conhecida como Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

⁷ Alumar (Consórcio de Alumínio do Maranhão) é um grande complexo de produção de alumínio primário e alumina. É formada pelas empresas Alcoa, Rio Tinto Alcan e BHP Billiton.

⁸ No final dos anos 1960, com a promulgação da Lei de Terras (instituída entre 1966 e 1970) pelo governo Sarney estabeleceu-se um vigoroso mercado regional de terras, responsável por um conjunto de transformações nas relações sociais no campo. As terras devolutas atraíram vários grupos econômicos (de dentro e fora do estado), passando a formar sociedades anônimas com áreas de 20.000 a 100.00 mil hectares. BARBOSA (2006)

Passados 30 anos da instalação do Projeto Grande Carajás e dos projetos de desenvolvimento a ele associados, o Maranhão continua sendo um dos estados mais pobres do Brasil, ostentando indicadores sociais baixíssimos e altos índices de concentração de terras, riquezas e poder político. (BARBOSA, 2015, p. 126).

Face ao exposto, é de suma importância refletir acerca deste caráter inovador nas produções agrícolas do país, sobretudo pela insistência do Estado em adotá-lo como modelo de desenvolvimento socioeconômico. Pois, tendo em vista que a principal característica desse “novo” modelo é a produção para exportação, e aqui, convém lembrar que o “novo” para designá-lo está arraigado em práticas intrínsecas na trajetória econômica do país que pouco contribuíram para diminuir as desigualdades e pobreza. Thomaz Júnior (2009) destaca que “o agronegócio é a nova denominação do formato do capital agroindustrial processador no século XXI, uma vez que esse modelo não é novo e sua origem está nas grandes fazendas de café, depois de cana, afinada na herança das sesmarias e do latifúndio”.

Neste tocante, este modelo “ditador” das novas formas de produção, tendo em seu cerne a necessidade e defesa de grandes extensões de terra para produção (um latifúndio maquiado), respaldado pelo apoio governamental e subsidiado por ele, talvez se consolide em um grande agente colaborativo para o processo de exclusão de proprietários e propriedades agrícolas de pequena escala da cadeia produtiva nacional.

Neste sentido, as políticas de desenvolvimento implementadas pelo Estado, na maioria das vezes, se refletem de maneira desigual aos agentes envolvidos, contribuindo, desta forma, para manutenção e ampliação das desigualdades. No caso do Maranhão, conforme podemos observar no resumido lavamento histórico de sua constituição econômica, as políticas de desenvolvimento não cumpriram com o objetivo de desenvolver efetivamente o estado e melhoria nas condições de vida local. Na contramão disso, vem transformando importantes segmentos produtivos na agricultura, contribuindo para ampliar sua identidade de pobreza.

Esta afirmativa nos faz pensar o Maranhão numa perspectiva histórica, onde as formas de planejamento local aparecem sempre reproduzindo uma “estagnação” em todas as dimensões da organização social. Neste sentido, a influência do Estado na agricultura de São Mateus do Maranhão, por meio da implantação do projeto de Irrigação Salangô, incentivos fiscais e fomento da produção sob a perspectiva de

desenvolvimento econômico, tem apresentado um enredo diferente do já apontado em toda historicidade do estado?

Neste sentido, convém destacar que a ação do estado se materializa discorrendo a mesma retórica de desenvolvimento, crescimento e geração de emprego, no qual organizam a produção sob a perspectiva de acumulação de capital, e, com efeito, consolida um modelo de produção que garante a inserção de grandes grupos e corporações transnacionais na economia estadual, cuja base é a expansão do capitalismo no estado, de modo que trata-se da “primazia dada pela economia estadual ao atendimento das necessidades para a acumulação do capital, negligenciando no processo, as necessidades da sociedade”. (AZAR, 2013, p. 47).

2 PROJETO DE IRRIGAÇÃO SALANGÔ: DO CANTO AO GRITO

2.1 Salangô: uma história de rupturas entre o previsto x realizado

Conforme destacado na introdução deste trabalho, o Projeto de irrigação Salangô, foi implantado em 1993 pelo governo do estado do Maranhão em uma área 3.216 ha. A área de implantação do projeto abrange o território de dois povoados no município de São Mateus do Maranhão, denominados de povoado Água Preta e Água Branca.

Com relação ao município de implantação, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1942 surgiu na área que *a posteriori* viria a ser o município de São Mateus do Maranhão, os primeiros povoadores, tendo o piauiense Absalão Cândido como um dos primeiros a se instalar na área e iniciar atividades em lavouras e exploração da pecuária. Todavia, é a partir da implantação rodovia federal BR 135 que a povoação tomou impulso, haja vista que as margens da BR passaram a ser ocupadas de forma acelerada por comércios e residências. Em 26 de dezembro de 1961, por meio da Lei Estadual de nº 2.170 foi criado o município, desmembrado dos municípios de Coroatá e Bacabal.

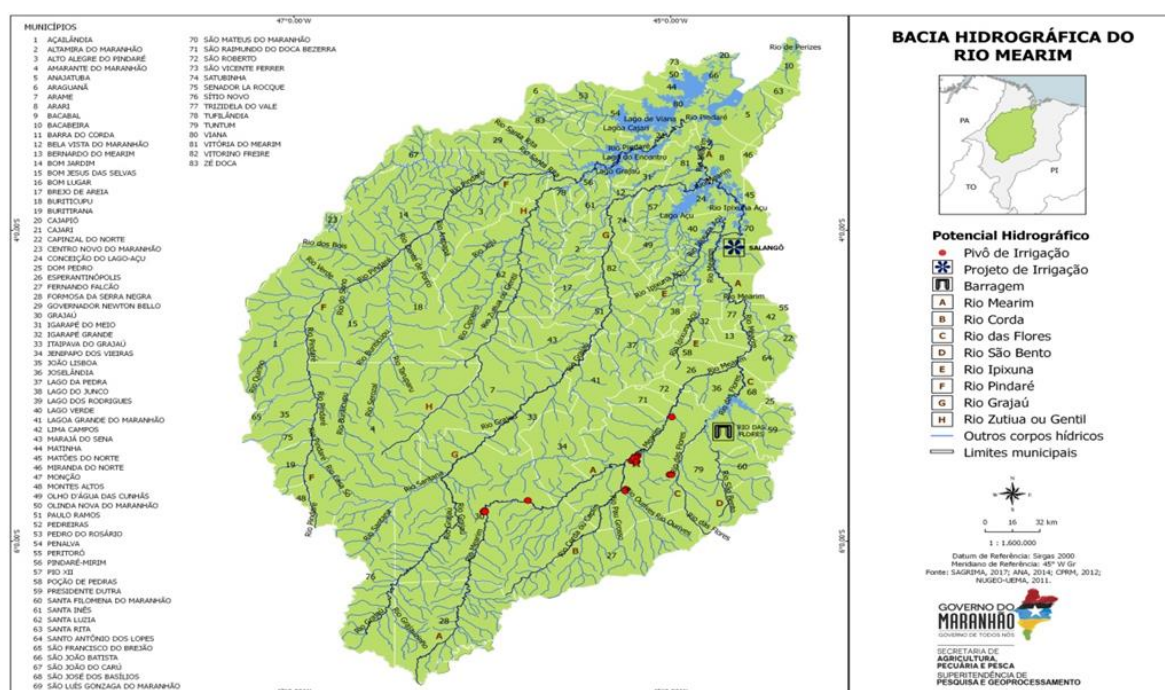
Após 32 anos de sua emancipação, o município de São Mateus do Maranhão é escolhido para receber um dos maiores projetos de Irrigação da região Nordeste, orçado em mais de R\$ 70 milhões, no qual segundo o seu relatório de viabilidade econômica, o projeto Salangô visava potencializar a produção agrícola do município por meio do perímetro irrigado com até três safras anuais.

Com relação à escolha do município, de acordo com algumas lideranças entrevistadas no Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), e na Secretária de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA), a escolha da localidade para implantação do projeto se deu em função da centralidade do município de São Mateus do Maranhão, bem como a disponibilidade hídrica do rio Mearim, com grande potencial para irrigação e a facilidade de escoamento da produção.

A respeito do rio Mearim, cabe destacar sua importância dentro do estado do Maranhão, haja vista que sua bacia hidrográfica ocupa 29,84% da área total do estado – com aproximadamente 99.058 km² (MARANHÃO, 1991, p.45), este possui duas sub-bacias: a do Rio Pindaré e a do Rio Grajaú. Compreende um total de 83 municípios, conforme pode ser observado no mapa 2, dos quais, 65 possuem sedes

localizadas dentro dela, outros dezoitos municípios estão totalmente inseridos na bacia do Mearim. Com população de 1.681.307 habitantes, representa aproximadamente 25,6% da população do Maranhão, com densidade demográfica de 16,97 hab./km² (MARANHÃO, 2011, p.13).

Mapa 2 - Bacia hidrográfica do Rio Mearim



De acordo com o entrevistado 1, agricultor da área onde foi implantado o projeto Salangô desde 1982 - e atualmente presidente de uma das associações de produtores do Salangô -, as terras onde hoje se estabelece grande parte do projeto de irrigação eram propriedade do Sr. Valto Santana, que as arrendava para cultivo e tomava como pagamento parte dos produtos agrícolas após a colheita. Ainda segundo o agricultor, ele juntamente com os demais arrendatários plantava em torno de 50 linhas de roça de toco⁹, bem como destaca que alguns dos agricultores moravam na área, e outros, como era o seu caso, iam somente durante os períodos de cultivo.

⁹ O sistema de cultivo utilizado por pequenos agricultores, chamado de roça-de-toco ou coivara, constitui uma tradição milenar da maioria das populações indígenas, sendo assimilada pelas populações remanescentes de processos de colonização (ADAMS, 2000; OLIVEIRA, 2002). O sistema é baseado na derrubada e queima da vegetação, seguindo-se um período de cultivo e, após o declínio da fertilidade do solo, um período de pousio para restauração da fertilidade.

Na década de 1990, o Governo do Estado do Maranhão comprou as terras do então Valto Santana e posteriormente iniciou o desmatamento da área para implantação do projeto de irrigação. Após as áreas desmatadas, segundo o entrevistado, boa parte dos agricultores que ali já cultivavam, permaneceram no local e continuaram a cultivar. Bem como novos agricultores, após saberem que essas terras haviam sido compradas pelo Governo do Estado, passaram a demarcar lotes para cultivo por conta própria.

No decorrer da pesquisa, indagamos diversos agricultores da área a respeito da origem do nome Salangô, uma liderança sindical dos trabalhadores rurais entrevistado, relata que o nome Salangô advém de um lago onde inicialmente seria instalado o projeto, nesse lago era comum a presença de um pássaro cuja plumagem da cabeça e da parte superior era acinzentada e da parte inferior, era branca, seu canto assemelhava-se a palavra “Salangô”, dado a isso, o chamavam de Lago do Salangô. Com a implantação do projeto nas proximidades do lago, aderiu-se o nome de Projeto de Irrigação Salangô. Outros assentados entrevistados também relataram essa versão do nome, destacando que tomaram conhecimento a partir da liderança sindical mencionado anteriormente, por outro lado, destaca-se que a maioria das famílias assentadas atualmente na área do perímetro irrigado não souberam responder a respeito da origem do nome.

Ainda acerca do nome do projeto, em conversa com o engenheiro agrônomo e atual (2020) gestor do projeto de irrigação Salangô no Município de São Mateus, este também não sabe precisar a etimologia e origem do nome, porém, tem uma percepção de que o nome tenha surgido a partir da aglutinação das palavras “São Mateus” e “terras alagadas”, fato que é característico da área, neste sentido, “SA” seria de São Mateus e “LANGÔ” de alagou, alagadas.

Para implantação desse projeto de irrigação fez-se necessário uma análise das potencialidades da área, da rentabilidade das lavouras, da tradição agrícola, assim como os fatores mercadológicos, tomando por base as diretrizes de exploração que aperfeiçoasse o uso de mão de obra das famílias assentadas no projeto. Deste modo, fora realizado um planejamento agrícola, aonde, após análise dos estudos pedológicos, chegou-se à conclusão que as culturas potencialmente utilizáveis no projeto seriam: arroz (*Oriza sativa* L), banana (*Musa SSP*), feijão (*Phaseolus vulgaris* L), milho verde (*Zea mays* L), melão (*Cucumis melo* L), tomate (*Lycopersicum esculentum* mil) e melancia (*Citrullus lamatus* schrad).

Ainda de acordo com planejamento agrícola, culturas de maior valor comercial poderiam ser cultivadas no projeto, desde que estas estivessem compatíveis com as características edafoclimáticas da área. No entanto, estas deveriam ser implantadas de forma paulatina, sendo inseridas à medida em que as famílias se adequassem ao uso de cultivo por irrigação das culturas tradicionais e já praticadas na área do perímetro irrigado, de modo que após a efetiva aprendizagem no manejo do cultivo destas e, com o auxílio de uma eficaz assistência técnica, os produtores estariam aptos ao cultivo de culturas que exigisse maiores conhecimentos, a exemplo do tomate.

O relatório de viabilidade econômica destacava como objetivo do projeto o estímulo à permanência do homem no campo, cultivando a terra com o uso de tecnologias que possibilitassem maiores produções, assim como o desenvolvimento socioeconômico do estado e melhoria na qualidade de vida dos moradores da área. Deste modo, como forma de ordenamento e distribuição da área do perímetro irrigado do projeto de Salangô entre os agricultores, o projeto básico de implantação inicial do Salangô estabelecia a divisão de uma área de 2.436 hectares em lotes parcelares conforme pode ser observado na figura 1 e no desmembramento abaixo:

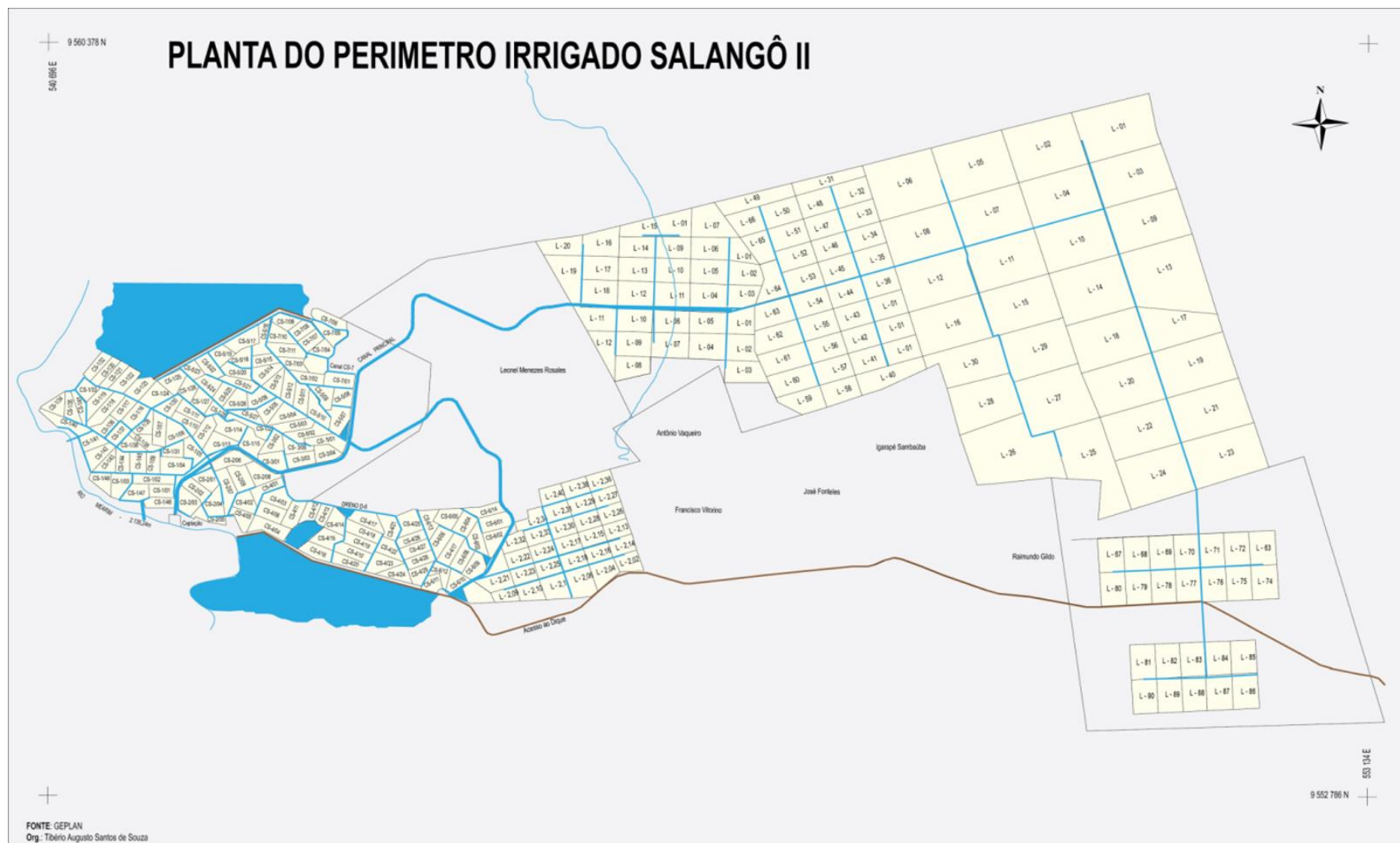
1- 141 lotes de 4,0 ha em média, com sistema de irrigação por inundação destinada a agricultores familiares;

2 - 31 lotes de 4,0 ha em média, com sistema de irrigação por microaspersão, destinada a pequenos agricultores qualificados;

3 - 91 lotes de 8,0 ha em média, com sistema de irrigação por aspersão convencional, destinada a pequenos agricultores qualificados;

30 lotes de 34 ha em média, com sistema de irrigação por microaspersão, destinada a agricultores empresariais.

Figura 1 – Planta do perímetro irrigado Salangô



2.1.1 Estrutura do projeto de irrigação Salangô.

A estrutura do projeto de Irrigação, de acordo com as informações técnicas descritas no projeto básico de implantação, se constitui por meio da divisão da área em lotes parcelares a partir de 4ha, sendo estes, irrigados por meio de canais primários, secundários e terciários, abastecidos com água captada do rio Mearim. A captação da água se dá por meio de tubos de concretos cravados no leito do rio com conjuntos elevatórios móveis instalados em uma plataforma de concreto em sua margem, conforme mostra a figura 2. Nesta plataforma foram instaladas oito conjuntos de moto-bombas, com capacidade de captação 3,2 m³/s. que abasteceriam o canal principal, apresentado na figura 3 em seguida. (SOUZA, 2015).

Destaca-se que o uso das estações móveis se deu em função da periodicidade na qual seriam utilizadas, pois durante o período chuvoso as bombas de sucção para captação de água são desativadas, de modo que os lotes fossem cultivados por meio da técnica agrícola de sequeiro, neste sentido, no caso do arroz, seria possível uma produção de arroz sequeiro entre os meses de janeiro e abril, e outra por meio da irrigação entre os meses de agosto e novembro.

Figura 2 - Conjuntos elevatórios montados em uma plataforma de concreto.



Fonte: Souza, 2015

Figura 3 - Abastecimento do canal principal



Fonte: Souza, 2015

A distribuição dos canais se dá por meio de um canal principal, sete secundários e inúmeros terciários. Estes foram revestidos em concretos e dotados por comportas de aço, conforme mostra a figura 4, o que possibilita a distribuição de água por gravidade até chegar aos lotes de cultivo por inundação que perfazem em uma área total de 517,06 ha (141 lotes). O canal principal tem uma extensão de 7km, sendo que após a área de irrigação por inundação, ele percorre uma área de aproximadamente 2,2km em áreas privadas até chegar à área destinada à irrigação por aspersão e micro aspersão.

Figura 4 - Comportas de aço dos canais de irrigação do projeto Salangô.



Fonte: Souza, 2015

Para a execução e manutenção do projeto, foi necessária uma série de melhorias quanto a infraestrutura da área de implantação, desta forma, fora prevista a criação de estradas com a plataforma de 4 metros de largura, revestimento de piçarra com espessura de 15cm para que possibilitassem acesso a todas as unidades agrícolas do projeto, estas serviriam para implantação, manutenção e escoamento de toda a produção, sendo interligadas entre si e coadunando com a BR 135. Fez se necessário também o prolongamento das redes de energia elétrica, exposto na figura 5 esta foi estendida para atender as estações de bombeamento e ao centro administrativo.

Figura 5 - Rede elétrica do projeto Salangô.



Fonte: Neto, 2018

O centro administrativo seria construído em uma área central do projeto para favorecer de forma igualitária a todos os assentados, para a construção deste, fora reservada uma área em torno de 30ha, no qual seriam compostos de quatro casas para administração do projeto, cinco armazéns para produção, oficina, escritório, almoxarifado, refeitório e armazém para estocagem de insumos. Dentre as casas de administração, funcionariam centros de treinamentos aos assentados a fim de qualifica-los no manejo do cultivo irrigado, assim como seria disponibilizado um acompanhamento efetivo de assessoria técnica que viabilizasse uma maior produtividade da área beneficiada com o projeto.

A implantação do Salangô iniciada em 1993 contou com quatro convênios junto à União (convênio 012/93 SIR, convênio 014/93 MIR, convênio 022/94 SIR e convênio

026/94 MMA/SRH) estes somados entre si totalizam um valor de R\$ 62.567.052,50. No entanto o valor global de custos considerados na implantação do projeto corresponde a R\$ 71.597.875,86. Podemos observar na tabela 2 a distribuição dos custos de implantação por áreas. (SOUZA, 2015).

Tabela 2 - Despesas orçadas para implantação do projeto de irrigação Salangô

Cálculo do custo de implementação do projeto Salangô		
Item	Discriminação	Valor (R\$)
1	Instalação do canteiro de obras	R\$ 412.796,00
2	Detalhamento do projeto	R\$ 825.592,02
3	Captação	R\$ 532.793,03
4	Estação de bombeamento da rede de drenagem	R\$ 528.986,14
5	Canal principal	R\$ 1.964.031,37
6	Canais secundários	R\$ 1.420.340,62
7	Canais terciários	R\$ 816.583,15
8	Obras hidráulicas complementares	R\$ 508.931,40
9	Obras de proteção (DIQUES)	R\$ 11.563.435,04
10	Irrigação parcelar	R\$ 34.189.261,04
11	Rede de drenagem	R\$ 1.267.259,36
12	Rede viária	R\$ 7.551.882,58
13	Rede elétrica	R\$ 4.618.107,80
14	Centro administrativo	R\$ 335.168,21
15	Subtotal	R\$ 66.535.167,76
Custo considerado do total do projeto		71.597.875,86

Fonte: Relatório de viabilidade econômico do projeto.

2.1.2 Projeto de irrigação Salangô após a implantação:

Em face do que estava previsto no projeto inicial, a configuração da paisagem do Salangô até o ano de 2015 – ano em que iniciou o processo de revitalização -, se revelou distante de suas proposições. A implantação do projeto foi interrompida por

razões desconhecidas ou não apresentadas ainda durante sua fase inicial de instalação, ficando abandonados nas estruturas prediais do centro administrativo, por mais de duas décadas, uma imensa quantidade de materiais e equipamentos que seriam utilizados no projeto.

Figura 6 - Centro de treinamento



Fonte: Souza, 2015

Figura 7 - Fiação em deterioração



Fonte: Souza, 2015

Figura 8 - Bombas de irrigação por aspersão.



Fonte: Souza, 2015

Figura 9 - Canos em PVC para irrigação por aspersão.



Fonte: Souza, 2015

De acordo com o projeto inicial, fora previsto o funcionamento de irrigação (inundação, aspersão e micro aspersão) para uma área total de 2.436 hectares. No entanto, a área efetivamente irrigada após a implantação correspondia aproximadamente a 440 hectares. Sendo, esta, irrigada somente na modalidade de irrigação por inundação, conforme figura 10, cujo seu funcionamento precário

necessita não raramente de “arranjos técnicos”, por parte dos assentados, mostrado na figura 11, a fim de tirar um melhor proveito da área. (SOUZA, 2015).

Figura 10 - Arroz irrigado por inundação. Figura 11 - Arranjo técnico em um canal secundário.



Fonte: Souza, 2015



Fonte: Souza, 2015

Os galpões previstos para estocagem de materiais, insumos e da própria produção, também ficaram inconclusos, fazendo parte de uma paisagem aquém do que fora previsto. Em alguns destes galpões é possível identificar alguns cercados ou porteiras a fim de prender alguns animais, a exemplo de bezerros, isto é exposto na figura 12, abaixo.

Figura 12 - Galpões para estocagem de insumos do projeto Salangô.



Fonte: Souza, 2015



Fonte: Souza, 2015

O centro de treinamento, mostrado na figura 13 que seria construído com a finalidade de auxiliar os produtores no manejo do cultivo de culturas tradicionais irrigadas, assim como o capacita-los para cultivo de culturas que dependem de maior conhecimento técnico e que tem um maior valor comercial, também se encontrava em condições inacabadas. A considerar pelas condições prediais do centro de treinamento, infere-se também a não realização da capacitação.

Figura 13 - Centro de treinamento do projeto Salangô.



Fonte: Souza, 2015

Outro ponto observado durante as visitas a área do projeto Salangô em meados de 2015, foi o comprometimento da funcionalidade dos canais de irrigação por falta de manutenção. O canal principal encontrava-se com vazamentos nas junções de concretos, algumas comportas danificadas e uma espessa cobertura de vegetação, na figura 14, em boa parte de seu curso, já os canais secundários encontravam-se sem algumas comportas de aço para regulagem da passagem de água entre os canais, o que comprometia o seu funcionamento.

Figura 14 - Canais de irrigação sem manutenção.



Fonte: Souza, 2015

Para além das condições estruturais na qual se encontrava o projeto Salangô até o ano de 2015, foi possível identificar na fala dos agricultores do perímetro irrigado, diversas outras dificuldades encontradas quanto ao manejo, não sendo difícil encontrar protagonistas de uma história de grande prejuízo com sua safra. Tal fato, na maioria das vezes, se deu pela falta de máquinas colheitadeiras no período da colheita. Segundo o entrevistado 2: “se você é sócio e bota um lote, se você não tiver R\$ 6 mil, você não trata de um lote, e se você tratar, ainda tem 90% para perder. Por que não tem máquina para colher”.

Ainda segundo o mesmo, se ele tivesse os R\$ 6 mil para tratar do lote, ele não trataria por medo de perder sua safra, sendo melhor plantar um pouco de feijão, um pouco de arroz e colher sem depender das máquinas, do que arriscar com uma produção maior. Assim como o entrevistado 2, outros assentados, embora poucos, que residem no assentamento e dependem só dele, acabam por cultivar só para subsistência, contrariando assim as perspectivas de produção preconizadas no projeto inicial. (SOUZA, 2015).

Diante do exposto, verifica-se, embora de forma resumida, alguns meandros que marcam a história de implantação do projeto Salangô, ficando evidente o arrefecimento das proposições estabelecidas no relatório básico de implantação e no de viabilidade econômica quanto à infraestrutura e operação do projeto. Contudo, cabe pontuar o caráter de ordenação territorial por meio de medidas estatais, que influenciou novas territorialidades na área.

2.2 Uma análise socioeconômica de São Mateus a partir das possíveis implicações do Salangô.

A fim de apreender as alterações socioeconômicas que ocorreram no município de São Mateus do Maranhão e avaliar as possíveis implicações do projeto de irrigação Salangô no município, recorreu-se a alguns indicadores socioeconômicos, a exemplo do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, como um indicador sensível para análise de desenvolvimento econômico. Foram considerados os dados apresentados entre 2002 e 2017 devidos o início do funcionamento no perímetro irrigado até o processo de revitalização, bem como pela disponibilidade dos dados pesquisados.

Deste modo, foi possível observar que conforme dados da Tabela 3, o Produto Interno Bruto (PIB) do município de São Mateus do Maranhão, no período entre 2002 e 2017, apresentou expressivo crescimento, passando de R\$ 55 milhões para R\$ 371,3 milhões, um aumento nominal de 575,5%, o que gerou um acréscimo absoluto de cerca de R\$ 316,3 milhões. Tal desempenho permitiu que o município saísse da 43ª para 33ª posição em relação a participação no total do PIB Estadual.

Em relação ao desempenho setorial, verifica-se que a agropecuária exerce grande influência na economia de São Mateus do Maranhão, ocupando o segundo lugar em termos de valor adicionado¹⁰ na composição do PIB municipal. Em 2002, as atividades agropecuárias foram responsáveis por 18% do valor adicionado ao PIB (R\$ 9,4 milhões) elevando-se para 26,1% em 2017 (R\$ 92,4 milhões), um acréscimo nominal de 883,4% (R\$ 83 milhões). Nota-se que, para o ano de 2008, as atividades desenvolvidas pela agropecuária, tiveram uma expressiva participação para a economia do município, com uma representatividade um pouco superior a 37% do total do valor adicionado ao PIB.

¹⁰ O Valor Adicionado Bruto (VAB) é a contribuição ao Produto Interno Bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades

Tabela 2 - PIB a preço corrente, valor adicionado segundo setor econômico e percentual de participação da agropecuária, São Mateus do Maranhão (2002 a 2017)

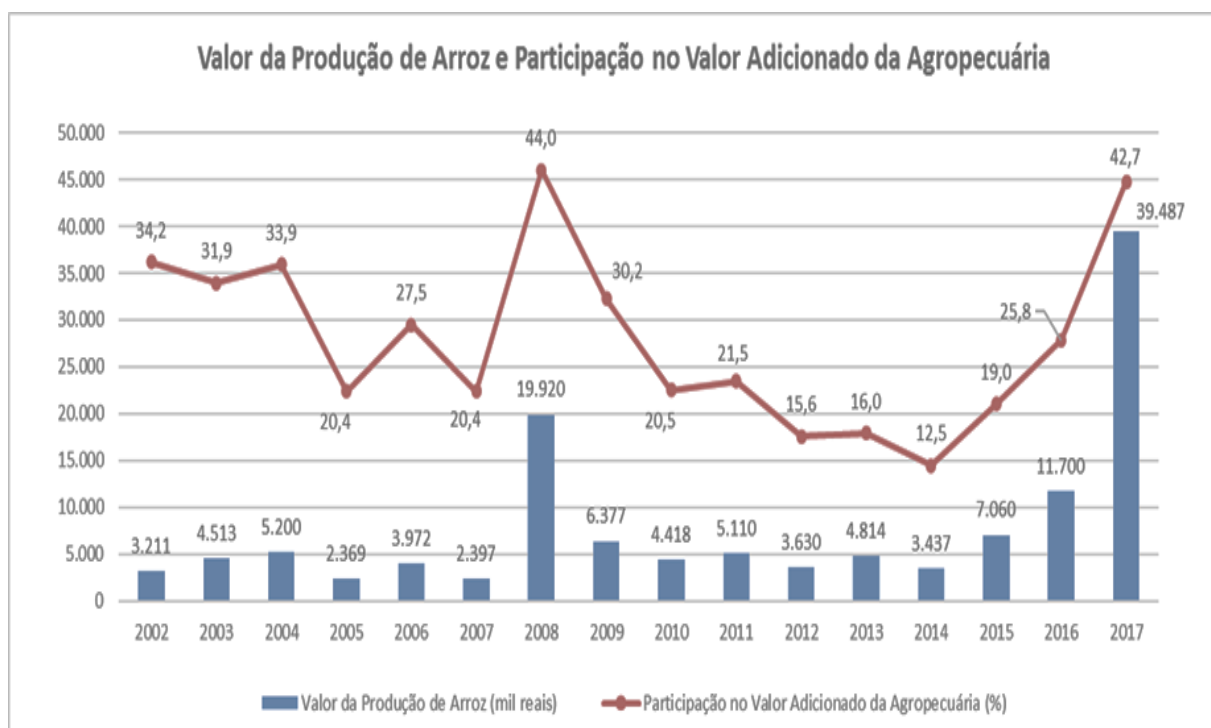
Ano	PIB Municipal (Mil Reais)	Agropecuária (Mil Reais)	Indústria (Mil Reais)	Serviços (Mil Reais)	Participação da Agropecuária (%)
2002	54.960	9.395	3.662	39.248	18,0
2003	63.743	14.137	3.725	43.613	23,0
2004	65.365	15.338	3.193	45.181	24,1
2005	67.209	11.608	3.076	50.286	17,9
2006	81.254	14.438	5.282	58.792	18,4
2007	78.913	11.760	3.192	61.208	15,4
2008	124.397	45.279	5.223	69.929	37,6
2009	133.257	21.089	6.713	99.534	16,6
2010	130.919	21.515	6.321	97.842	17,1
2011	161.845	23.804	7.975	121.854	15,5
2012	181.654	23.309	10.987	137.683	13,6
2013	207.011	30.164	9.288	155.819	15,5
2014	241.195	27.564	11.941	187.813	12,1
2015	264.211	37.062	15.115	197.707	14,8
2016	309.701	45.287	20.470	228.519	15,4
2017	371.269	92.389	24.379	237.907	26,1

Fonte: IBGE, 2020. Org. o Autor

Desagregando o setor da agropecuária, observa-se que a rizicultura corresponde a principal atividade econômica deste setor em São Mateus do Maranhão, contribuindo em média com cerca de 26% do seu valor adicionado. Conforme dados do Gráfico 1, de 2002 a 2014, a produção de arroz manteve uma participação variável com tendência de queda no valor adicionado a agropecuária, chegando a 12,5% em 2014, à exceção do ano de 2008, quando essa participação se elevou para expressivos 44%. A partir de 2015, a contribuição da produção de arroz

ao valor adicionado da agropecuária passou a apresentar sucessivos aumentos. Considerado os extremos da série, verifica-se que em 2002, a produção de arroz correspondia a 34,2% (R\$ 3,2 milhões) do valor adicionado da agropecuária, subindo para 42,7% em 2017 (R\$ 39,5 milhões), um aumento nominal de 1.129,7% (R\$ 36,3 milhões).

Gráfico 1 - Valor da produção de arroz e participação no valor adicionado da agropecuária



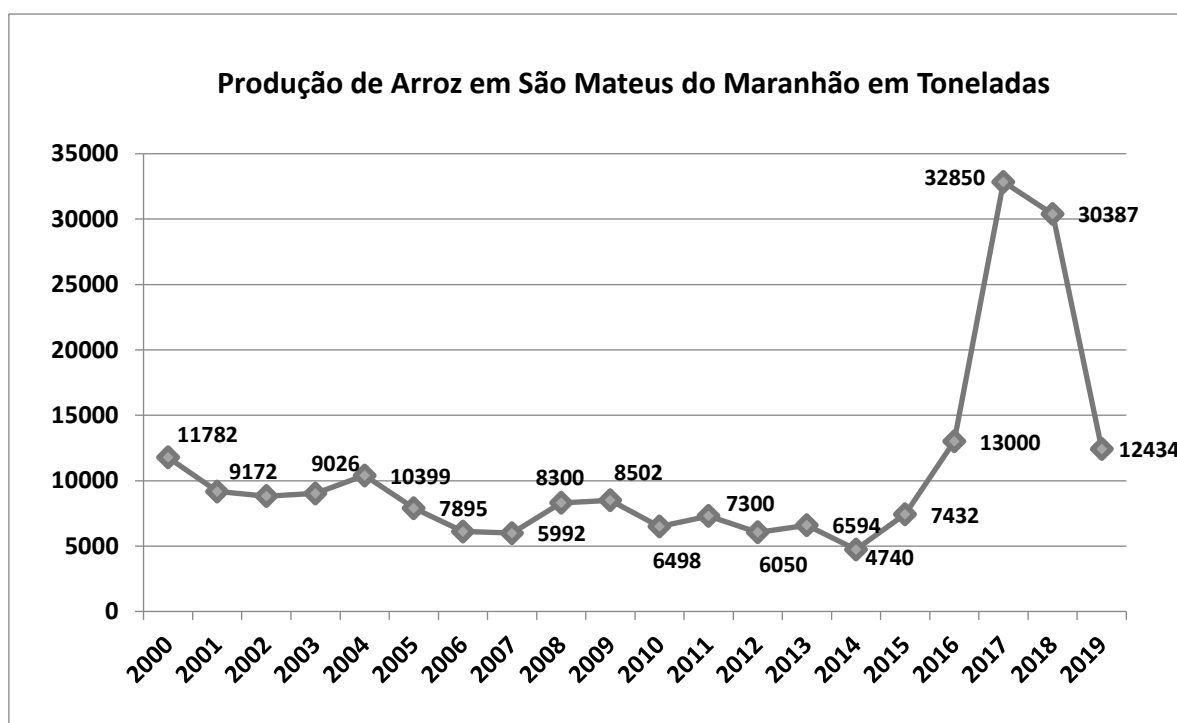
Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2017 e Sidra, 2019.

De acordo com Garcia (2019, p. 29) a produção de arroz no município de São Mateus do Maranhão vem ganhando importância nos últimos anos e obteve uma taxa de crescimento de 7,10%, no intervalo de 2006 a 2016. Parte disso está relacionado ao crescimento significativo do volume da produção, podendo ser constatado, que em 2014 ocorreu um salto em produção, e que em 2016 chegou a 13 mil toneladas, seguido pelo aumento de área em um total de 5 mil hectares cultivados e uma de produtividade 2.311 kg/ha, que ainda está muito abaixo da média nacional, mas acima da média estadual que foi de 1.316 kg/ha.

Em atenção ao exposto por Garcia, destaca-se ainda que a produção de arroz em São Mateus do Maranhão triplicou a partir do ano de 2017, somando um total de 32.850 mil toneladas conforme pode ser observado no gráfico 2. Tal fato elevou o

munícipio de São Mateus do Maranhão nos anos de 2017 e 2018 ao destaque de maior produtor de arroz do estado. Porém, a produção de 2019 apresentou uma significativa redução se comparado com os dois anos anteriores, totalizando 12.434 toneladas de arroz em uma área plantada de 5.000 hectares, segundo entrevistado 7, que atua como técnico agrícola do município, aliada a redução da área plantada no ano de 2019, houve significativa perda na produção por pragas e aves.

Gráfico 2 - Produção de arroz em toneladas no município de São Mateus do Maranhão no período de 2000 a 2019.



Fonte: IBGE, 2020

Em entrevista com o secretário de agricultura do município de São Mateus, os fatores que têm contribuído para o salto na produção de arroz no local, se configuram pelas condições edafoclimáticas favoráveis, sendo muito adaptada aos locais quentes e chuvosos, bem como o solo do município, que apresenta condições favoráveis, também a facilidade de escoamento da produção e as empresas próximas ao município que trabalham com o beneficiamento, industrialização e comercialização do produto. Aliado a estes fatores, a partir do ano de 2015 têm surgido mais produtores dentro do município, sobretudo empresários agrícolas.

Ainda segundo o secretário, o município dispõe também de uma vasta área para produção, contudo, têm como barreira a falta de infraestrutura para estocagem. Todavia, estima-se que a produção aumentará ainda mais nos próximos anos devido duas empresas de estocagem, beneficiamento e industrialização que se estabelecerão dentro do município ainda no ano de 2020. A este respeito, em entrevista realizada no dia 22.09.2020, o entrevistado 6 destaca que, até o momento, está em negociação o estabelecimento destas empresas, faltando fechar somente as taxas municipais e aumentar ainda mais a produção do município. Aliado a estes fatores, acrescenta-se os incentivos da Embrapa, prefeitura e governo do estado do Maranhão.

Com relação a produção de arroz e o projeto de irrigação Salangô, têm-se observado que muito embora tenha sido realizado diversos investimentos na área para produção, este ainda apresenta uma produção mediana em relação a produção total do município. Durante a pesquisa, obtivemos por meio do entrevistado 7, da secretaria de agricultura do município os seguintes dados: Em 2019 foram cultivados arroz em 500 hectares no Salangô, com uma produtividade de 7 mil kg por hectare, o que corresponde a uma produção total de 3.500 toneladas, em termos percentuais, corresponde a 28% da produção total do município no ano de 2019. Já para o ano de 2020, de acordo com o entrevistado 7, a área cultivada no Salangô foi de 400 hectares, com uma produtividade de 11.000 kg/ha. De acordo com o mesmo, o aumento na produtividade se deu em função da variedade de arroz fornecida pela Embrapa chamado de BRF 2.57.

Utilizou-se como referência a produção de arroz devido as características da área, pois de acordo com os entrevistados e por meio de observação *in loco*, grande parte da área na qual foi implantado o projeto de irrigação se constitui de terras alagadas, tendo aproximadamente uma cota de altura acima do rio Mearim, onde durante o período chuvoso ficam completamente submersas nas águas do rio, dado a isso, de acordo com os agricultores a produção de arroz é uma das únicas opções, tendo estes, inclusive, dificuldades para colheita devido ao atolamento de máquinas.

Os produtores de arroz em São Mateus do Maranhão se constituem de forma bastante heterogênia, pois existem aqueles que possuem elevado nível tecnológico, a exemplo dos empresários agrícolas, que geralmente direcionam a sua produção ao mercado, quanto aqueles que estão mais distantes do acesso das inovações tecnológicas e caracterizam-se como produtores menos competitivos. A este respeito,

de acordo com o entrevistado 8, no município de São Mateus, no presente ano, existem sete empresários agrícolas, sendo um deles o de maior poder econômico e maior arrendatário das terras cultivadas, e os demais, de menor influência. Ainda de acordo com o entrevistado 8, os sete vieram da região Sul do Brasil e têm articulado a produção de arroz no município em parceria com os camponeses proprietários das terras e as empresas compradoras de arroz.

Diante disso e com o objetivo de analisar as possíveis implicações do projeto de irrigação na área, pontua-se que, fora as estruturas criadas para atender o projeto, sendo muitas destas sub utilizadas, a percepção dos moradores que ainda residem na área é de que o projeto não foi um agente causador de melhorias em suas vidas, sendo sempre mencionado o fato de muitos terem seus nomes negativados devido os empréstimos recebidos para as primeiras produções, e a não condição de quitação, devido ao insucesso com o lucro nas primeiras produções. Já nos dias atuais, a produção da área é majoritariamente realizada por meio de arrendamentos dos lotes, e dado o seu baixo custo, não reflete em visíveis melhorias na qualidade de vida dos assentados.

Para acessar os serviços de saúde, educação, comércio e etc, os assentados que ainda moram na área na qual foi implantado o Salangô continuam se deslocando para sede municipal de São Mateus do Maranhão, deste modo, conclui-se que, do ponto de vista social, o projeto também não possibilitou melhorias no acesso a estes serviços para os moradores da área, sendo pontuado como ponto positivo pelos moradores entrevistados a melhoria nas estradas, muito embora estas passem longos períodos precisando de manutenção.

Mediante a isso, observa-se que a área do projeto de irrigação Salangô decerto até tem sua parcela de contribuição na dinâmica econômica do município, embora que de forma bem tímida se comparado ao previsto no projeto inicial, da mesma forma que as implicações socioeconômicas têm sido cada vez mais benéficas aos empresários agrícolas que estão se apropriando da área do que aos assentados no perímetro irrigado.

2.3 A constituição dos assentamentos na área do perímetro irrigado enquanto estratégia de luta pela terra

Conforme relatório básico de implantação do projeto, propunha-se uma distribuição da área levando em consideração o perfil de qualificação dos produtores, transitando de agricultores familiares sem técnica até agricultores empresariais, tal fato revela a finalidade primordial do projeto de irrigação que é centrada no aumento da produtividade/ agrícola da área.

Diante desta proposta de distribuição da área entre empresários e agricultores, o sindicato dos trabalhadores rurais, juntamente com os agricultores familiares, por meio das associações de produtores que começaram a ser criadas a fim de facilitar os subsídios governamentais para produção no projeto, começaram a pressionar o governo do estado por meio das entidades responsáveis pela administração do projeto, a redistribuírem os lotes, deixando os empresários de fora, deste modo, surgiu um movimento liderado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), no qual reivindicava que os lotes que seriam para os empresários fossem redimensionados para os agricultores familiares.

Nesta perspectiva de luta pela terra, em 2001 surgiu o movimento denominado de “Grito da Terra”, e por meio deste movimento, a FETAEMA junto aos agricultores familiares, conseguiram reaver as terras que seriam destinadas aos empresários, fazendo com que os lotes empresariais foram redimensionados para lotes de 4 ha e destinados aos pequenos produtores. Face ao exposto, compreende-se que a área na qual foi implantado o projeto de irrigação Salangô, descrito por seus primeiros colonos como uma área na qual se ouvia o canto do pássaro, desde então passou a ser palco de lutas e gritos pelo domínio e exploração da terra.

Neste sentido, cabe pontuar que a dissonância que envolve classes opostas no campo brasileiro revela-se mediante ao poder e a luta em defesa dos territórios e dos seus modelos de desenvolvimento. Neste tocante, agricultura empresarial e agricultura camponesa impressa no mesmo território dão relevo a questão agrária e todas suas conflitualidades. Conflitualidades estas que são inerentes à questão, que como bem pontua Fernandes (2008b, 2013), as contradições presentes nos territórios transcendem a um confronto ou um conflito, ou seja, a conflitualidade não pode ser resolvida, pois está em constante reprodução pelas relações sociais dentro dos territórios.

Todavia, antes de avançar a discussão sobre a constituição dos assentamentos a partir de um processo de luta direta ou indireta pela terra, se faz necessário compreender a questão agrária no sentido de exprimir a relação do homem com a terra. Neste sentido, pontua-se em primeiro momento a constituição da palavra “agrário”, tendo esta sua origem na palavra grega *agros*, sinônimo de terra. Portanto, todas as palavras portuguesas que possuem o prefixo *agro* se referem a atividades relacionadas com a terra, o solo. (STEDILE, 2012, p. 642). Nesta perspectiva, compreende-se o termo questão agrária como área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra. (STEDILE, 2012, p. 641).

Embora a questão agrária seja majoritariamente analisada sob uma perspectiva do âmbito rural, destaca-se que o processo que a envolve transcende essa dimensão. A este respeito, Sodré (2017, p.53) explicita que, embora a questão agrária nos remeta ao espaço rural, até mesmo por algumas definições recorrentes, que a consideram como sinônimos de “problemas rurais”. Ela se origina dos problemas do/no campo, mas não se limita a ele, pois as adversidades sociais do urbano podem ser analisadas sob a ótica de uma revisão histórica de processualidades iniciadas no campo. Deste modo, os problemas agrários terão peculiaridades e matizes distintos, a depender do local, foco e do contexto histórico analisado.

Ao se estudar a questão agrária de determinada sociedade, em determinado período histórico, analisa-se como aquela sociedade organiza a produção dos bens agrícolas, a posse de seu território e a propriedade da terra. E, para cada aspecto estudado de cada sociedade em cada período histórico, serão encontrados diferentes “problemas agrários”, surgidos como resultado das contradições criadas pelas formas de organização presentes naquela sociedade. (STEDILE, 2012, p. 643).

A compreensão das nuances da questão agrária, geralmente tem como ponto de partida a análise e compreensão da forma de organização socioeconômica do meio rural, a concentração da propriedade de terra, do desenvolvimento das forças produtivas da agricultura. Estes elementos revelam as contradições e o cerne de muitos conflitos existentes no campo, sobretudo quando o território tem uma destinação arraigada em ideais hegemônicos contrários à lógica dos sujeitos que lutam pela terra enquanto espaço de vivência. Diante do apresentado, destaca-se ainda a importância de compreender as especificidades conceituais de uso, posse e propriedade da terra.

Neste sentido, considerando que cada sociedade relaciona-se ao seu modo com a natureza, é evidente que o uso destinado da terra constituirá a forma de produção, os produtos a serem produzidos, o destino da produção. Desta forma, o uso da terra é uma condição independente de quem a possui, tendo segurança jurídica ou não. Por outro lado, a posse da terra refere-se aos sujeitos que moram em cima daquele território, embora estes não sejam juridicamente os proprietários, ou seja, se constitui a partir do usufruto da terra, aqueles que têm direito de uso.

Já quando há uma condição jurídica da terra, configura-se como uma propriedade, esta é constituída no sistema capitalista, onde a partir das garantias legais, concede ao proprietário o controle absoluto da área, seja ela uma pessoa, instituição ou empresa. Essa condição jurídica da terra, a torna numa mercadoria, que se pode comprar ou vender.

O Brasil tem marcado em sua história uma longa caminhada atinente à questão da propriedade da terra. Ao longo do século XIX diversos políticos e intelectuais tentaram traçar medidas de ordenamento do solo, todavia, se por um lado existia a preocupação de legalizar latifúndios para evitar os conflitos que se tornavam cada vez mais frequentes, por outro lado havia o discurso de reparar as injustiças históricas aos povos que sequer tinham requisito de cidadania, por não ter terra. A despeito deste último, o discurso se fortalecia, sobretudo, em função da experiência de progresso vivenciada por diversos países que asseguravam estar fundado na pequena propriedade.

Nesta perspectiva, destaca-se a Lei de Terras de 1850, bem como sua regulamentação por meio de Decreto em 1854 e toda a legislação que se seguiu, pois estes refletiam essas tendências expressas em concepções opostas, onde as propostas de “reforma agrária” ou de “solução do problema rural” contrapuseram-se e multiplicaram-se em meio a diversas lutas sociais. A partir de 1945 (pós-guerra), a questão agrária passou a ser concebida como mecanismo de desenvolvimento econômico, nesta perspectiva, à época os parlamentares passaram a discutir um projeto de Código Rural no intento de criar normas para a vida rural, deste modo, elevaram-se os projetos de reforma agrária com o objetivo fundamental de democratização da propriedade.

Por outro lado, logo no início dos anos de 1960, ganha notoriedade a dissonância entres os ideais de “desenvolvimento agrícola” e “reforma agrária”, haja vista que as concepções de desenvolvimento agrícola estavam arraigadas na

perspectiva de modernização dos latifúndios sem ênfase na alteração da propriedade, e o de reforma agrária, defendendo o viés de redistribuição de terra com medida de justiça social necessária para o desenvolvimento econômico. Face às pressões que ganhavam forma e a necessidade de apaziguar as forças em torno da questão agrária, surgem então regulamentos abrangendo as duas propostas. A este respeito Leite (2004, p. 38) destaca:

O Estatuto da Terra, promulgado no primeiro governo militar, incorporou estas duas propostas à letra da lei. Foi uma tentativa de conciliar por um lado a defesa da propriedade e a reivindicação de maior apoio à “agricultura” (aos negócios dos grandes proprietários, em dificuldades) e por outro a reivindicação do acesso à terra por trabalhadores rurais (que emergiam com identidade própria nas lutas travadas através das associações, ligas camponesas e sindicatos que se espalharam a partir de meados dos anos 1950). Em nome do princípio da propriedade, tentou-se garantir e limitar os direitos dos que já eram proprietários e pôr no horizonte dos que não o eram essa perspectiva. A intervenção sistemática na distribuição da propriedade tornou-se juridicamente possível, o que não quer dizer que se tenha tornado uma prática efetiva.

A promulgação do estatuto da terra estabeleceu novos conceitos para as estruturas agrárias, bem como estabeleceu tipologias dos imóveis rurais e critérios para sua identificação, dentro das quais seriam discernidas as áreas passíveis de desapropriação por interesse social. Em seu Art. 43, estabelece a realização de estudos para a elaboração de um zoneamento no país com o intuito de indicar as áreas tidas como “prioritárias de reforma agrária”. Todavia, levando em consideração o caráter contraditório característico desde seu cerne, mesmo com toda a redação do estatuto da terra, as políticas efetivamente adotadas nos anos que se seguiam foram pelo viés de desenvolvimento agrícola, com especial atenção a modernização dos latifúndios em detrimento da reforma agrária. Já às políticas atinentes a reforma agrária sob a vertente de desapropriações por interesse social, estas se revelavam timidamente quando havia necessidade de apaziguar conflitos.

O processo de modernização da agricultura a partir de políticas econômicas pensadas pelo Estado após a década de 1960, em consonância com a herança histórica de uma estrutura agrária concentrada, impulsionou ainda mais as desigualdades sociais no campo brasileiro. A este respeito, Leite (2004) frisa que tais iniciativas modernizadoras no campo começaram a surtir efeito ao longo dos anos de 1970 e, associadas com as políticas mais gerais de desenvolvimento econômico (com

reflexos diferenciados em cada região), estão na base de uma série de conflitos que coadunaram no surgimento de muitos assentamentos.

Muitos pesquisadores, a exemplo de José de Souza Martins, entendem as políticas institucionais de criação de assentamentos rurais como reforma agrária. Este autor destaca que “o assentamento é a forma de redistribuição da terra, que é em que consiste, no essencial, qualquer reforma agrária” Martins (2000, p.107). Para outros autores, a criação de assentamentos mascara a ausência estatal de políticas que efetivamente possam democratizar a propriedade privada. A este respeito, Stedile (2012, p. 665) pontua que:

Os assentamentos rurais são programas de governo que procuram distribuir terras para famílias camponesas, porém é uma política limitada e não afeta a estrutura da propriedade da terra, esses programas, ajudam a resolver problemas sociais localizados.

Cabe pontuar que as políticas voltadas para um processo de reestruturação fundiária e redistribuição de terras por meio de uma reforma agrária efetiva, contribuiria de forma significativa para o desenvolvimento do país, fato ocorrido em grandes potências mundiais que justificam parte de seu desenvolvimento econômico como fruto desta reestruturação. Todavia, tal fato vai contra o interesse das oligarquias do campo, que temem perder seu poder. E no caso do Brasil, tendo estas oligarquias grande influência política e econômica, até os dias de hoje explicamos a nossa questão agrária como reflexo de um país de muita terra com poucas pessoas, e muitas pessoas com pouca (ou sem) terra.

A capacidade que os proprietários fundiários têm demonstrado de fazer o aparelhamento do Estado um mediador em favor de seus interesses certamente denota a singularidade do embate de classes na sociedade brasileira, daí a importância de atender a atual estrutura agrária, cujos contornos foram redefinidos desde que o latifúndio e a empresa passaram a compartilhar um objetivo comum: monopólio fundiário, fruto do entrelaçamento entre terra e capital e fundamento da acumulação. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, P. 87).

Neste sentido, os mecanismos que tradicionalmente foram utilizados na apropriação de terras no Brasil encontram-se intrinsecamente ligados à condição de vulnerabilidade e desfavorecimento na qual se encontram muitas famílias camponesas, fato que constitui muitos problemas agrários. Deste modo, a questão agrária brasileira é o reflexo das relações de favorecimento que ao longo do tempo o

Estado proporcionou à classe dominante, promovendo-lhe condições de privilégios que têm por base a apropriação da terra através de mecanismos de expropriação, a exemplo do arcabouço jurídico que foi sendo desenvolvido ao longo da história do país. (AZAR, 2011).

No caso do Estado do Maranhão, de acordo com Azar (2011) a concentração fundiária é um elemento central na questão agrária maranhense, ela é resultado do tempo e tem no Estado o sujeito mediador que garante os privilégios das classes dominantes¹¹ consonante a configuração nacional. A este respeito, destaca-se a Lei Sarney de Terras (Lei nº 2.979) como questão emblemática na configuração agrária do estado, haja vista que por meio dela intensificaram-se os conflitos entre os camponeses e empresários. Pois em função dos incentivos fiscais viabilizados pelo governo, grandes empresas passaram a se estabelecer no Maranhão e se apropriar de vastas extensões de terra, e, com efeito, expropriando diversos posseiros.

Grandes empresas ficaram com extensas áreas (90% da terra disponível). A ocupação é caracterizada pelos conflitos fundiários, pela expulsão dos posseiros, pelo desmatamento sem nenhum manejo florestal, pelo aproveitamento da madeira (centenas de serrarias), pela implantação da pastagem, com pecuária extensiva e baixo índice de rendimento, e, sobretudo, pela especulação de terra às margens das rodovias e da ferrovia. (GISTELINCK, 1998, p. 17).

A intensificação dos conflitos no campo resultou na criação de diversos assentamentos rurais, tal fato, conforme destaca Carter e Carvalho (2010, p. 291) pode ser até considerado consenso entre os estudiosos de reforma agrária que não haveria distribuição de terras no Brasil se não fosse a forte pressão social exercida pelos camponeses. Nesta perspectiva, retoma-se o movimento denominado de grito da terra, no município de São Mateus do Maranhão, como fator de pressão social e, com efeito, conquista da terra na área do perímetro irrigado Salangô.

Pois a partir dos movimentos de reivindicações dos lotes, a área no qual foi implantado o projeto Salangô tornou-se dois projetos de assentamentos rurais, neste sentido, segundo os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a área passou a ser constituída pela modalidade de Projeto de Assentamento Estadual: PE Salangô, com data de criação em 06.05.2002, área de

¹¹ Horácio Martins de Carvalho (2004) compreende como classes dominantes do campo, diretamente, os médios e grandes proprietários de terra, os grileiros, os agroindustriais de grande porte, os madeireiros, os compradores atacadistas de produtos agropecuários e florestais. Indiretamente, a classe é composta pelos industriais produtores de insumos agrícolas, máquinas e motores agrícolas.

257 hectares e capacidade de assentar 115 famílias, e o PE Salangô II com data de criação em 30.12.2002, área de 2.080 hectares e capacidade de assentar 437 famílias.

De acordo com o coordenador de assentamentos e desenvolvimento rural do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), com relação à capacidade de famílias a serem assentadas no projeto, os números de famílias efetivamente cadastradas sempre foram inferiores a capacidade prevista. A este respeito, o coordenador pontua que após o processo de implantação do projeto de irrigação e a criação dos assentamentos, esta área ficou a cargo da administração da Secretária de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA), que junto ao sindicato dos trabalhadores rurais selecionavam as famílias a serem assentadas e encaminhavam para o cadastramento junto ao ITERMA.

O critério adotado para a seleção destas famílias foi prioritariamente para as que já estavam alocadas na área beneficiada com o projeto de irrigação, bem como para as famílias localizadas em comunidades próximas a área do projeto, deste modo, a seleção destas famílias se deu por meio de uma triagem realizada pela SAGRIMA em parceria com o sindicato dos trabalhadores rurais de São Mateus do Maranhão, levando em consideração também à geração de empregos pensados a partir do plano agrícola, e a de absorção da mão de obra a defendida pelo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), cujo seria a absorção da mão de obra familiar e de produtores sem terra.

Porém, em função do percurso no qual emergiu projeto de irrigação após sua implantação, bem como dado as discontinuidades administrativas refletidas na área, o assentamento em questão ficou até meados do ano de 2015 (período em que se inicia um processo de revitalização) sem a assistência necessária para alcançar as premissas preconizadas durante sua implantação. Deste modo, se levada em consideração às diretrizes estabelecidas para as áreas de assentamentos, a ausência de um efetivo acompanhamento na área contribuiu, de certo, modo para a configuração de inúmeras irregularidades quanto ao uso dos lotes, a exemplo inclusive da não emissão de títulos de concessão de uso da terra, o que inviabilizou a obtenção de fomentos federais destinados ao agricultor familiar.

De acordo com o ITERMA, os títulos de concessão não foram dados em função das diversas irregularidades verificadas quanto ao uso da terra nos assentamentos dentro do projeto de irrigação Salangô, sejam estas atinentes às práticas recorrentes

de arrendamentos da terra, haja vista que esta é uma prática ilegal, considerada crime segundo a lei de número 4.504/64 do estatuto da terra, ou mesmo em função da falta de regularização das associações que não apresentavam os documentos que validavam a sua criação e funcionamento. Por outro lado, os agricultores alegavam falta de assistência técnica e apoio governamental para produção, o que refletia ao longo deste período nos lotes abandonados, ou em sua maioria, arrendados a empresários agrícolas para o cultivo de arroz.

Atualmente o projeto de irrigação Salangô tem um total de 381 famílias assentadas inscritas no Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária. No entanto, de acordo com o engenheiro agrônomo do Estado, responsável pela gestão do projeto, as famílias cadastradas somam um total de 355 famílias, estando estas organizadas em nove associações conforme tabela 4.

Tabela 3 - Associações de moradores do Salangô.

Associação dos Moradores do Perímetro Irrigado de Salangô	
Associação de moradores	Quantidade de sócios
Associação dos Trabalhadores Rurais Água Preta	50
Associação dos Trabalhadores Rurais Sub-àrea Água Branca	60
Associação dos Trabalhadores Rurais Água Branca I	28
Associação dos Trabalhadores Rurais Água Branca II	53
Associação dos Trabalhadores Rurais Água Branca III	44
Associação dos Trabalhadores Rurais Água Branca IV	30
Associação dos Trabalhadores Rurais Água Branca V	33
Associação dos Trabalhadores Rurais Água Branca VI	24
Associação dos Trabalhadores Rurais Água MA 01	33
Total de sócios	355

Fonte: Org. Souza, 2019

Com relação às associações acima mencionadas, destaca-se que somente a associação de trabalhadores rurais água branca I está circunscrita dentro do projeto de assentamento rural PE Salangô, as demais fazem parte do PE Salangô II. A relação do quantitativo de sócios assentados dentro do projeto têm sofrido diversas alterações

a partir do ano de 2015, período no qual o governo do Estado iniciou um série de discussões acerca da viabilidade de revitalização do projeto de irrigação implantado no território. Deste modo, se fez necessário à realização de diagnósticos que revelassem os elementos que comprometiam a produtividade da área, e em meio aos elementos levantados, destacavam-se os lotes que permaneciam improdutivos na área.

Durante as investigações realizadas por algumas entidades a serviço do estado a fim de validar a viabilidade econômica da revitalização a ser realizada no perímetro irrigado, foram identificados diversos lotes que não estavam produzindo, comprometendo, desta forma, a produtividade da área, bem como foram identificados lotes que só produziam quando arrendados para algumas empresas ou orizicultores que tinham relações comerciais com estas. Tal fato desvirtuava a finalidade proposta da terra com a criação de um assentamento rural, que em primeira ordem preconiza o ideal de conceder terras para as famílias que não a possuem, dando condições para produção e garantia do seu sustento retirado da terra, promovendo, deste modo, justiça social a fim de minimizar as conflitualidades existentes no campo.

Visando a correção de tais irregularidades e o estímulo da produtividade da área em atenção aos anseios estabelecidos com processo de revitalização do projeto, o Instituto de Colonização de Terras do Maranhão (ITERMA) iniciou um processo de recadastramento das famílias assentadas nos assentamentos rurais Salangô e Salangô II. Este processo gerou algumas tensões entre os assentados, dado a propagação do discurso de que as famílias que não estivessem produzindo, perderiam seus lotes.

Deste modo, a partir do segundo semestre do ano de 2015, as famílias foram chamadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus para entregar as documentações necessárias para o processo de recadastramentos junto ao ITERMA. Neste primeiro momento, de acordo com o coordenador de assentamentos do Instituto de Colonização de Terras, foram identificadas famílias assentadas que residiam em outro estado. De acordo com o entrevistado 3, era comum alguns assentados irem trabalhar em empresas nas regiões sul e sudeste e os lotes ficarem sem produzir, ou produzindo através de arrendamentos.

De acordo com o ITERMA, de 2015 a 2019, foram realizados três processos de recadastramentos das famílias assentadas, sendo um a cada dois anos. Neste íterim, algumas metodologias e diretrizes foram alterados, há saber: no primeiro

processo de recadastramento, muitas famílias que residiam no município, porém não produziam nos lotes, compareceram ao sindicato para recadastramento, bem como os assentados que o utilizavam o lote arrendado, tal fato contribuiu para que não houvesse grandes alterações em atenção às expectativas criadas pelo processo de revitalização.

Nos recadastramentos seguintes, o ITERMA contou com o apoio do gestor do projeto Salangô, que é responsável por administrar a área e acompanhar o processo de revitalização. Este, tinha conhecimento do território, e fiscalizava *in loco* a produção feita. Neste sentido, para que as famílias fossem recadastradas, era necessário o aval do gestor do projeto quanto à situação do lote, tal metodologia coadunou em novas configurações na área, bem como o surgimento de novos conflitos, pois neste processo, foi identificado inclusive extensas áreas do assentamento sob posse de interesses privados e com perfis distantes do necessário para se tornar um assentado.

De acordo com entrevista realizada em janeiro de 2020 com o coordenador de assentamentos do ITERMA, atualmente, somente 27 famílias foram recadastradas no projeto de assentamento Salangô (com capacidade para 115 famílias), e estas receberão o título de domínio comum. Segundo o coordenador, somente essas 27 famílias residem e produzem na área do assentamento, e partir de suas reivindicações, a área deste assentamento está sendo georreferenciada por conta do Estado e serão redimensionadas para as 27 famílias recadastradas, em que ficará torno de 10 hectares para cada. Após a emissão dos títulos, a área deixará de ser um assentamento rural.

Já no que concerne ao projeto de assentamento Salangô II, existem 276 famílias assentadas, no entanto só foram emitidos 68 contratos de concessão de uso da terra, porém, existe uma parcela de famílias que já estão em processo de regularização documental para recebimento dos contratos. Deste modo, considerando as famílias que receberam e as que após regularização receberão os títulos de concessão de uso, soma-se um total de 160 famílias assentadas até o presente mês de janeiro de 2020.

Diferentemente das famílias que receberão o título de domínio comum da área e deixarão de fazer parte imediatamente de uma área de assentamento rural, tendo estes, a partir de então a possibilidade de solicitar incentivos governamentais diretamente para o governo federal. As famílias do assentamento Salangô II com os contratos de concessão de uso da terra receberão os fomentos iniciais do estado do

Maranhão, conforme estabelece as diretrizes do estatuto da terra. Neste sentido, de acordo com os dados apresentados em entrevista com o ITERMA, 92 famílias receberão projetos de apoio inicial no valor de R\$ 5.200,00 (cada família), bem como R\$ 5.400,00 de fomentos para projetos produtivos. Já 65 famílias destas, receberão também o fomento mulher no valor de valor de R\$ 5.000,00.

Sendo assim, observa-se na historicidade do Salangô uma contínua luta de forças que se constituem/constituíram nas formas de exploração e uso da terra. Este projeto, que foi pensado enquanto um projeto voltado para dinâmica econômica produtiva e em meio às pressões que se estabeleceram, tornou-se uma área de assentamento rural, que por sua vez, possui diretrizes distintas das estabelecidas nos planos nacionais de irrigação, deram relevo aos meandros que notadamente resultará em sua reformulação para atendimento das demandas de mercado.

Neste sentido, diversas famílias assentadas no processo de implantação do projeto não fazem mais parte do quadro de assentados, bem como tantas outras perderam seus lotes dada a falta de produtividade apontada pelos agentes responsáveis pela administração do projeto. Deste modo, após o processo de regularização fundiária em curso, os assentamentos supracitados deixarão de ser assentamentos, e, com efeito, as áreas na qual estavam estabelecidos se reconfigurarão em atenção as novas dinâmicas produtivas.

3 (RE)VITALIZAÇÃO: UMA LINHA TÊNUE ENTRE PASSADO E PRESENTE

3.1 Revitalização do projeto de irrigação Salangô: um socorro para quem?

A revitalização consiste na refuncionalização estratégica de áreas dotadas de patrimônio, ou seja, de objetos antigos que permaneceram inalterados no processo de transformação do espaço urbano, de forma a promover uma nova dinâmica urbana baseada na diversidade econômica e social (MOURA et al., 2006), a partir desta perspectiva explicitada por Moura, entende-se a terminologia “revitalização” como um processo de atualização, refuncionalização, readequação de determinadas áreas, principalmente do âmbito urbanista. De acordo com alguns estudiosos, esta terminologia começou a fazer parte dos projetos de intervenção e recuperação de áreas urbanas em meados de 1960, conforme observado por Pasquotto (2010, p. 146):

Em 1960, surge o termo “revitalização”, inserido em um contexto histórico de obsolescência e degradação de áreas mais antiga das cidades (especialmente nos centros) devida o deslocamento da população residente e de investimentos públicos e privados para outras regiões da cidade. Para conter tal processo, iniciaram-se intervenções urbanas e arquitetônicas tentando reverter tal situação.

Quanto ao Brasil, tal terminologia inicialmente era empregada em associação quase que estritamente ligado aos projetos urbanistas, tanto que se utilizava de forma recorrente o termo “revitalização urbana”, todavia, pontua-se que havia grandes discordâncias entre os profissionais da área quanto ao seu emprego, haja vista que para alguns, o termo revitalização claramente sugere uma conotação de exclusão dos usos e de grupos sociais que ocupavam tais áreas antes da implantação dessa estratégia. (OLIVEIRA, 2002).

Tais discordâncias fizeram surgir termos equivalentes, a exemplo de recuperação, reabilitação, renovação, requalificação e etc., contudo, o termo revitalização permanece a ser utilizado, não mais apenas e tão somente em projetos urbanísticos, mas também em diversos projetos estatais que tem como premissa refuncionalizar espaços, sob a justificativa de que revitalizar remete a “vida nova”, deste modo, o termo se adequa a quaisquer projetos que parta desta perspectiva.

Feitas as devidas considerações à terminologia de revitalização, pontua-se que o projeto de irrigação Salangô, dado as suas funcionalidades comprometidas e seu quadro produtivo aquém de suas potencialidades, passou a ser percebido como um projeto a ser revitalizado. Nesta perspectiva, a administração pública municipal e estadual voltou a pautar o Salangô enquanto um projeto estratégico para desenvolvimento socioeconômico do município de São Mateus do Maranhão e do estado do Maranhão.

Deste modo, a partir do ano de 2013 fora realizado seminários e reuniões entre gestores municipais, estaduais e federais para discutir aspectos e viabilidades econômicas para revitalização do perímetro irrigado. Nos dias 5 e 6 de abril de 2013 foi realizado o primeiro seminário de revitalização do projeto Salangô, este evento contou com a presença dos agricultores assentados, bem como representantes do âmbito municipal, estadual e federal. A pauta principal do seminário debatia a possibilidade de federalização do projeto. No entanto, foram abertas em forma de oficinas, discussões sobre a atual situação das pessoas que moram no assentamento, assim como o levantamento propostas de como melhorá-lo. Desta forma, ao término do seminário foram apontadas 54 propostas que visam a melhoria do projeto conforme elencado por Souza, (2015):

1. Pleitear junto ao Ministério da Integração Nacional a inclusão do projeto Salangô no eixo II do programa federal “mais irrigação”, que trata exclusivamente da revitalização do projeto;
2. Necessidade de normatizar a gestão do projeto para evitar o conflito de competências;
3. Fazer o levantamento patrimonial de todos os bens que se encontram na área do projeto e seus passivos financeiros;
4. Promover uma força tarefa com a participação do município, estado e união, objetivando o diálogo e a busca de soluções para a superação de todos os problemas diagnosticados;
5. A inclusão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) na força tarefa se faz necessária tendo em vista que a referida companhia dispõe de quadro técnico especializado em irrigação, bem como, devido a sua proximidade institucional com o governo do estado do Maranhão;
6. Prorrogação de todas as dívidas de todos os agricultores familiares do município de São Mateus do Maranhão junto as instituições financeiras;
7. Inclusão do projeto Salangô na criação de polo turístico;
8. Inclusão do projeto Salangô no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR);
9. Recuperação de 18 km de estradas vicinais do projeto Salangô;
10. Recuperação de oito bombas de sucção do projeto Salangô e revisão de 11 bombas de sucção de alta pressão para o sistema de aspersão;
11. Instalação de um escritório de assistência técnica, projetos e ambiental;
12. Recuperação do sistema de armazenamento e secagem da unidade Salangô;

13. Reflorestamento das áreas degradadas com plantios de mudas nativas frutíferas;
14. Recuperação base do canal principal e secundário do projeto Salangô;
15. Recuperação da rede elétrica (trifásica);
16. Recuperação das comportas de contenção dos canais;
17. Implantação de dois sistemas simplificados com rede de distribuição de água potável para o consumo dos agricultores;
18. Recuperação da sede do projeto Salangô;
19. Aquisição de uma patrulha agrícola;
20. Implantações do projeto de piscicultura (tanques escavados e rede);
21. Aquisição de um caminhão com capacidade de carga de 15 toneladas;
22. Custeios agrícolas aos trabalhadores familiares;
23. Aquisição de quatro colheitadeiras arroteiras;
24. Federalização do projeto Salangô;
25. Capacitação dos agricultores;
26. Construção de agrovilas;
27. Construção de poços de tratamento de água para consumo;
28. Combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos;
29. Construção de uma unidade de saúde com equipe completa, sala de imunização, consultório odontológico, medicamento e coleta de exames laboratoriais e ambulância;
30. Atenção integral a saúde da mulher, criança, adolescente e idoso;
31. Atendimento pela vigilância epidemiológica;
32. Busca ativa e cadastramento das famílias envolvidas no projeto para inclusão no cadastramento único;
33. Implantar um CRAS volante;
34. Promover parcerias com o sistema "S" (Senar, Senai..) para desenvolvimento de cursos técnicos e produção de mão de obra especializada;
35. Incentivar as festas populares, valorizando a cultura e fortalecer o turismo (festa do arroz, festa do peixe...) e fazer levantamento do calendário anual de cultura da região do Salangô, com apoio, parceria, patrocínio para as festas culturais;
36. Turismo fluvial no Mearim, pesca esportiva nos lagos, passeio ecológico nos campos, passeio em canoas ou em barco a motores;
37. Valorizar as danças culturais: côco, mangaba, tambor de crioula, bumba meu boi, cacuriá, etc; busca de parcerias para escolas técnicas para formação de jovens agricultores;
38. Levantamento do potencial de artesanal e capacitação;
39. Valorização dos artesões locais;
40. Valorização das áreas de lazer e cultura para juventude, meio ambiente, revitalização da mata ciliar do rio Mearim e dos lagos que estão dentro do projeto;
41. Implantação de um viveiro dentro do projeto;
42. Cinturão verde;
43. Sala ambiental para promoção de cursos de educação ambiental;
44. Horta sustentável;
45. Projeto bolsa verde;
46. Fiscalização e monitoramento das questões ambientais;
47. Feira do agricultor;
48. Adequação do calendário escolar as atividades do campo;
49. Implantação de escolas dentro da área;
50. Educação integral;
51. Valorização da mão de obra local, visando a permanência do indivíduo na comunidade rural;
52. Viabilização de tecnologias que possam beneficiar a educação no campo;
53. Acompanhamento do trabalho no campo através de profissionais qualificados;
54. Disponibilização de treinamentos periódicos e específicos aos educadores;

No ano de 2014, realizou-se um estudo de viabilidade técnica e econômica e a Codevasf deu parecer favorável à revitalização do projeto, de acordo com o parecer técnico de número 33/2014 emitido pela mesma. A reestruturação do projeto deverá levar em consideração as seguintes recomendações:

- a) Fazer estudos para analisar as condições da estrutura física, incluindo substituição/manutenção das bombas, recuperação de canais, adutoras e drenos, estradas de acesso, rede elétrica, secador e demais equipamentos que integram o projeto, objetivando uma estimativa de custos para a estruturação do projeto e sua viabilidade;
- b) Fazer um novo levantamento de solos ajustando com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS), apresentando resultados das análises físicas, químicas e morfológicas para que sejam utilizados como subsídio para manejo e conservação dos solos, tanto por parte dos agricultores, como por parte dos técnicos e gestores do projeto;
- c) Fazer um novo levantamento topográfico para delimitar as áreas úteis a serem utilizadas para agricultura e como as áreas de preservação, assim como redimensionamentos dos lotes, ajustando as plantas e mapas nas mesmas escalas e coordenadas com a realidade física de campo;
- d) Fazer estudos de viabilidade técnica e econômica para inclusão de novas atividades produtivas que possam gerar renda as famílias envolvidas, a exemplo da piscicultura;
- e) Elaborar um plano de exploração do projeto, definindo o perfil dos beneficiários, tamanho dos lotes, sistema de irrigação a ser utilizado e culturas a serem implantadas visando a diversificação da produção, sua comercialização, plano de gestão e a sustentabilidade do sistema produtivo.

No ano de 2015, o governo do estado do Maranhão, oficializa o projeto de revitalização e anuncia o repasse inicial de R\$ 3 milhões para recuperação das estruturas de irrigação, tal fato foi amplamente divulgado dentro do município e, por conseguinte, motivo de novas expectativas e alterações no modo de vida dos assentados da área, que dado às suas experiências com o processo de implantação do projeto inicial, dividem-se quanto às novas intervenções, onde alguns passam a observar com expectativa de melhoria e outros se mantêm incrédulos às melhorias prometidas com a reativação do projeto.

Tabela 4 - Distribuição de valores para revitalização do projeto

Quadro de investimentos – Revitalização do Projeto Salangô		
Ano	Objeto	Valor Total (R\$)
2016	Aquisição de equipamento de irrigação para o projeto Salangô II	R\$ 287.990,00
	Aquisição de 2 disjuntores e tripolares a vácuo para a rede elétrica de controle do conjunto de bombas do projeto Salangô II	R\$ 90.000,00
	Contratação de empresa para reforma do centro administrativo do projeto Salangô II	R\$ 483.946,46
	Contratação de empresa na execução de serviços de montagem de 31 kit's de irrigação projeto Salangô II	R\$ 46.600,00
	Contratação de empresa para reformar as estações de bombeamento 01 e 02, bem como casas de bombeamento 01 e 02 do projeto Sanlangô II	R\$ 59.809,90
	Contratação de empresa para recuperação da cerca com mourões de concreto e arame farpado do perímetro do projeto Salangô II	R\$ 196.806,52
	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva 07 (sete) eletrobombas submersíveis	R\$ 396.607,50
	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e modernização dos painéis de controle de bombas do projeto Salangô II eletrobombas submersíveis	R\$ 295.726,00
	Contratação de empresa na prestação de serviço de manutenção corretiva de 06 transformadores do projeto Salangô II	R\$ 43.400,00
2017	Manutenção corretiva das bombas submersíveis do projeto Salangô II	R\$ 244.058,63
Valor total geral		R\$ 2.144.945,01

Fonte: Dados extraídos dos relatórios de acompanhamento das atividades de revitalização.

O demonstrativo de investimentos conforme tabela acima, refere-se à primeira etapa do processo de revitalização do projeto de irrigação. Observa-se que para esta etapa, foi inicialmente investido um total de R\$ 2.144.945,01 distribuídos de forma a atender as necessidades de reparos e construções da parte estrutural do projeto. Em visita a área do perímetro irrigado em dezembro de 2018, foi constatado, a partir de observações *in loco*, bem como na fala de alguns assentados, que já haviam sido realizadas algumas obras destas, a saber:

Centro administrativo e o auditório para a realização de reuniões e a administração do projeto, orçado no valor de R\$ 254.561,98.

Figura 15 - Centro administrativo Salangô. Figura 16 - Auditório.



Fonte: Souza, 2018.



Fonte: Souza, 2018.

O Centro de treinamento, que dispõe de quartos e refeitório, orçado no valor de R\$ 142.982,61.

Figura 17 - Centro técnico



Fonte: Souza, 2018.

Figura 18 - Centro técnico.



Fonte: Souza, 2018.

Figura 19 - Refeitório.



Fonte: Souza, 2018.

Depósito para armazenamento de insumo, orçado no valor de R\$ 14.518,35. Observa-se na área interna alguns materiais dos sistemas de irrigações, a exemplos de canos de PVC e canos de aço.

Figura 20 - Depósito para armazenamento de insumos, área externa.



Fonte: Souza, 2018.

Figura 21 - Depósito para armazenamento de insumos, área interna.



Fonte: Souza, 2018.

Depósito para armazenamento dos equipamentos de irrigação, orçado no valor de R\$ 71.883,52.

Figura 22 - Depósito para armazenamento dos equipamentos de irrigação.



Fonte: Souza, 2018.

Foram realizados os reparos nos canais de irrigação, de acordo com o gestor do projeto, todo serviço de remoção de sedimentos, limpeza e vedação das juntas de dilatação do canal principal (7.500 m) foram feitos, bem como foi concluído os serviços de reposição das placas de concreto dos canais secundários (10.200m) e terciários (8.300 m).

Figura 23 - Canal de irrigação principal



Fonte: Souza, 2018.

Quanto às estradas, de acordo com os relatórios de acompanhamento dos serviços de revitalização, 38,68 km de estrada de acesso ao projeto foi recuperado, ficando pendente a instalação de quatro bueiros e 8 km de estrada. O relatório destaca ainda a necessidade de manutenção de 30 km das estradas internas do projeto. Todavia, em virtude dos serviços de manutenção e recuperação terem sido feitos em dezembro de 2015 e após esse serviço ter sido executado, houve entre maio e junho dos anos de 2016, 2017 e 2018 a colheita de arroz de sequeiro e, portanto, o trânsito de caminhões e tratores, danificaram todo o trecho já recuperado, precisando assim, urgentemente de uma nova regeneração.

Figura 24 - Estradas de acesso ao projeto Salangô.



Fonte: Souza, 2018.

De acordo com o entrevistado 4, assentado do projeto Salangô, um dos maiores desafios durante o período chuvoso, - período no qual é a realizado a produção do arroz de sequeiro¹²- se constitui em torno do escoamento da produção. Ele afirma que, no processo de revitalização do projeto, as estradas não foram reparadas de forma satisfatória, ficando em torno de 18 km para serem recuperados, o que impossibilita o escoamento da produção, a não ser que seja firmado parceria com os mediadores das indústrias de arroz e que os seus maquinários façam a colheita do arroz dentro dos lotes. O Assentando nos relatou que o fato da área já ser

¹² O cultivo de sequeiro, também chamado de “cultivo em terras altas”, adota o plantio logo após o início das chuvas. O mesmo é caracterizado pelo plantio em áreas não alagadas, ficando à mercê de boas condições pluviométricas para o perfeito desempenho dos estágios fenológicos da cultura. (CONAB, 2015).

por natureza alagada, bem como algumas vias de acesso aos lotes passem por igarapés, não raramente os igarapés transbordam, deixando as vias intrafegáveis.

Figura 25 - Estradas de acesso ao projeto Salangô.



Fonte: Souza, 2018.

Segundo o responsável técnico pelo projeto, o transbordamento dos igarapés se dá em função do assoreamento de toda rede de drenagem e coletores (18,661 km) do projeto que precisam ser recuperados. Ainda de acordo com ele, tais pontos de drenagem, que são de suma importância para o escoamento do excesso de água durante o período chuvoso, além do assoreamento, alguns trechos estão barrados para que possam dar acesso aos lotes.

Figura 26 - Rede de drenagem as margens da via de acesso ao projeto de irrigação Salangô



Fonte: Souza, 2018.

Quanto ao sistema de bombeamento principal (Captação), de acordo com o relatório técnico de acompanhamento do projeto de revitalização, foi recuperada a estação de captação, assim como, foram recuperados e modernizados cinco Quadros de Comando com a instalação de SOFT STARTER, e outros três foram revisados e recuperados continuando com o mesmo sistema antigo de chave compensadora.

Figura 27 - Estação de captação de água. Figura 28 - Quadros de comando.



Fonte: Neto, F.T.B. 2018.



Fonte: Neto, F.T.B. 2018.

Na Estação de bombeamento secundária, foi realizada a recuperação do prédio, bem como foram recuperadas cinco bombas. Também foram recuperados e modernizados seis Quadros de Comando, com a instalação de SOFT STARTER. Cabe ressaltar que esta casa de bombeamento seria para atender a irrigação pressurizada (aspersão convencional). Foi adquirido pelo governo do Estado 31 kits de irrigação por aspersão, no valor de R\$ 287.990,00, da Empresa Comercial Barros – Comércio e representações LTDA, a fim de utilização imediata deste sistema de irrigação. Todavia, ainda está faltando a decisão e projeto para a reinstalação de um transformador de 500 kva, bem como não se tem um prazo concreto para funcionamento do sistema de irrigação pressurizado.

Figura 29 - Estação de captação e bombeamento Figura 30 - Quadros de comando



Fonte: Neto, F.T.B. 2018.



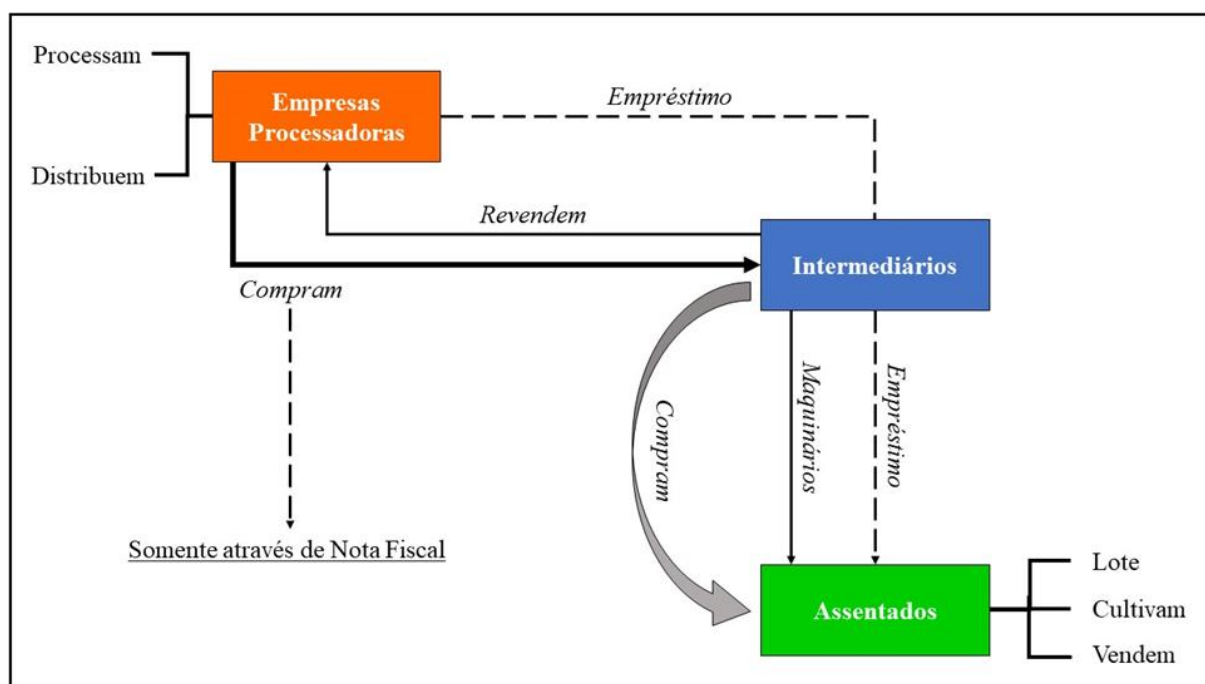
Fonte: Neto, F.T.B. 2018.

Diante das novas intervenções do Estado no perímetro irrigado, bem como levando em consideração os investimentos realizados na implantação inicial do projeto, observa-se o interesse do Estado em aumentar a produtividade da área por meio de grandes investimentos e da modernização da agricultura, embora estes ainda não tenham sido consolidados. Neste sentido, em uma avaliação simplista dos fatos, tal configuração revelaria o insucesso do Salangô. Contudo, seria um erro julgá-lo como sucesso ou insucesso levando em consideração apenas e tão somente o arrefecimento da produção face ao previsto no estudo de viabilidade econômica, bem como a inércia socioeconômica dos assentados da área, justificando seus resultados por meio de problemas de cunho meramente estruturais, a exemplo das descontinuidades de investimentos e mudanças nas administrações públicas.

Os imbróglis que constituem o processo de planejamento, implantação e revitalização de um projeto desta dimensão, envolvem diversos atores sociais, sendo que, para alguns, o projeto atendeu com maestria o seu objetivo, já para outros, ficou a desejar. A este respeito, destaca-se que os atores que venderam todos os maquinários e materiais necessários para a implantação dos sistemas de irrigação, as empresas prestadoras de serviços durante a implantação, as indústrias que obtiveram mais espaços produtivos a serem negociados. Indústrias estas, que inclusive passaram a ditar condições para o plantio, colheita e os preços a serem pagos na produção, estabelecendo uma dinâmica que atende em primeira ordem as suas necessidades e lucros.

Nesta perspectiva, destaca-se que dentro do perímetro Irrigado Salangô, as empresas processadoras de arroz, sobretudo as localizadas na cidade de Itapecuru, a exemplo Camil Alimentos, exercem uma grande influência na dinâmica produtiva da área. Os processos de produção fluem com as mesmas dinâmicas estabelecidas anteriores a “nova vida” dada ao projeto com a revitalização, pois a produção majoritária da área é viabilizada com o apoio empresarial, seja diretamente pelas próprias empresas ou por mediadores que financiam a produção com o fornecimento dos insumos agrícolas, defensivos químicos, maquinários para plantio e colheita, assim como a pesagem e compra da produção.

Figura 31 - Fluxograma da integração produtiva dentro do perímetro irrigado.



Fonte: Org. o Autor.

Neste sentido, conforme pode ser observado no fluxograma acima, as empresas processadoras de arroz mantêm relação comercial direta com intermediários da produção, estes podem fazer parte desta, possuindo ou arrendando lotes para produzir juntamente com os assentados, articulando a produção de diversos lotes com as empresas processadoras do arroz e/ou participam somente viabilizando financeiramente, de modo que, por meio deles é viabilizado empréstimos para compra de insumos agrícolas e pesticidas e é oferecido o serviço de máquinas para o cultivo

e colheita, bem como a garantia da venda do arroz produzindo as empresas, que só realizam a compra mediante a emissão de notas fiscais.

Segundo o entrevistado 4, produzir arroz no perímetro irrigado tem sido cada vez mais oneroso, haja vista que a produção tem um custo elevado e ao final, são realizados grandes descontos, a saber: cada lote gasta em torno de 8 horas com máquinas no valor de R\$ 160,00/ha, há custos com os pesticidas e insumos agrícolas, frete para escoamento da produção dentre outras necessidades. A venda para as empresas processadoras de arroz se dá majoritariamente por meio de intermediários, pois estas só compram mediante a emissão de Notas Fiscais. Cada lote produz em média o total de 9 mil kg de arroz, após ser pesado, desconta-se o peso da umidade, casca, arroz vermelho, e ao final, é pago ao agricultor um valor em média de R\$ 0,76 por Kg. A produção de quase todo o arroz no Salangô é negociada pelos Intermediadores com a empresa Camill Alimentos, esta absorve toda a produção de arroz do projeto, os processa e distribui até o consumidor final. A respeito dos intermediadores, Garcia (2019, p. 42) destaca:

Os agentes que constituem a cadeia produtiva do arroz, em São Mateus do Maranhão, onde o arroz produzido pelo orizicultor chega até a agroindústria de forma direta ou por intermédio de outros dois agentes intermediários, o intermediário tradicional e o orizicultor intermediário. O intermediário tradicional é aquele que recebe o arroz do produtor e repassa diretamente para a agroindústria. O orizicultor intermediário tem como característica a participação junto ao processo produtivo, por ter um acesso maior com a indústria e com os produtores locais que estão mais distantes do cumprimento das exigências estabelecidas pelas indústrias, ou seja: possuir um cadastro e maior organização da produção. Por isso, recorrem ao orizicultor intermediário para realizar as transações comerciais.

Com relação à inserção da indústria dentro dos assentamentos que constituem o perímetro Irrigado, destaca-se ainda a prática comum do arrendamento dos lotes a empresários. (Embora esta ação seja uma prática ilegal, considerada crime segundo a lei de número 4.504/64 do estatuto da terra). Tal ação é justificada pelos assentados devido a todas as dificuldades enfrentadas, assim como falta de condições financeiras de custear as despesas do cultivo. Dado a isso, vários assentados arrendam seus lotes para empresários, e quando não conseguem arrendar, também não produzem.

Com relação aos agricultores que tentam a produção independente do apoio dos intermediários, durante as entrevistas foram relatadas várias dificuldades, não sendo difícil encontrar relatos de prejuízos com sua safra. Tal fato, na maioria das vezes está associado à falta de máquinas colheitadeiras no período da colheita, que,

segundo eles, os proprietários que realizam os serviços, geralmente são os mesmos que negociam a venda da produção com as empresas processadoras do arroz. Desta forma, durante o período da colheita, dá-se atenção em primeiro momento às lavouras previamente negociadas, ficando as demais sem garantia de ser colhidas. Segundo o entrevistado 4: “se você é sócio e bota um lote, se você não tiver R\$ 6 mil você não trata de um lote e se você tratar, ainda tem 90% pra perder, porque não tem máquina pra colher”. Segundo os agricultores que concederam entrevista, no ano de 2018 quase não houve plantação na área do perímetro irrigado, tal fato se deu em função de fiscalizações por parte do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) para que não houvesse arrendamento de lotes.

Diante de tais elementos, e tomando por base ainda a proposta de desenvolvimento socioeconômico apontado com a revitalização do sistema de irrigação Salangô, se faz necessário refletir quem de fato foi e permanece sendo beneficiado com esses investimentos estatais. Haja vista que as produções do perímetro irrigado atende em maior escala as necessidades de grupos empresariais, sem grandes transformações socioeconômicas aos agricultores, estes, permanecem reféns das novas estruturas implantadas, que exigem mais qualificação para o cultivo e mais investimentos para a produção.

Neste contexto, as áreas do perímetro irrigado se constituem como áreas de grandes transformações, aonde as empresas vêm consolidando seu domínio, fazendo parte do processo produtivo através de empréstimos, alugando maquinários e estabelecendo novas formas de exploração. Ressalta-se ainda o caráter vantajoso às mesmas, haja vista todo investimento estatal na área a fim de potencializar a produção, bem como o custeio da energia elétrica para irrigação. Quanto aos agricultores assentados, parte destes usam seus lotes em atendimento as necessidades empresariais, bem como se constituem como uma mão de obra de baixo custo para a produção.

Diante do exposto, destaca-se ainda a aptidão do projeto Salangô para o cultivo de arroz, que por se tratar de monocultura, a viabilidade financeira é comprometida quando se produz em lotes de apenas 4 hectares. Neste sentido, este projeto apresenta - desde seu cerne - diversas características que o revela enquanto um projeto pensado para atender a agricultura patronal, tendo inclusive a sua administração sob responsabilidade da Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA), órgão responsável na administração do estado do Maranhão em

promover o desenvolvimento das cadeias produtivas do agronegócio, ou seja, vinculado as demandas da agricultura patronal. Diferente da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), voltada para assistência a agricultura familiar e combate à pobreza rural.

Neste contexto, compreende-se que dentro do território dos assentamentos circunscritos ao perímetro irrigado Salangô existem forças antagônicas e com territorialidades distintas, no qual as forças empresariais e estatais têm contribuído para alterar as dinâmicas produtivas, bem como expropriar aqueles que se opõem aos seus interesses. Neste sentido, se faz indispensável discutirmos a noção de território, sobretudo sob a ótica de um espaço geográfico ocupado, no qual as relações sociais existentes nele, se constituem por meio de relações de poder, controle e dominação.

3.2 Território Salangô: um espaço de transformações e múltiplas territorialidades

Os debates e discussões em torno de projetos de crescimento/desenvolvimento econômico traz no seu bojo a necessidade de se debater também as noções de território, territorialidades e resistências diante dos interesses contrários na apropriação/dominação dos recursos, haja vista que são nestes espaços que se materializam as forças que o constitui e o configuram. Neste sentido, Lefebvre (1973) destaca que essa disputa pelo território traz a discussão sobre o poder, tanto ao poder no sentido mais concreto (dominação), vinculado ao valor de troca e característica da sociedade capitalista, quanto ao poder no sentido mais simbólico (apropriação), que se inicia pela apropriação da própria natureza, repleto das marcas do “vivido”, do valor de uso.

Contudo, para compreender o emprego do território como categoria de análise, cabe pontuar que este sobrevém de correntes materialistas fundamentadas, sobretudo das ciências sociais. Na Geografia, após os apontamentos em trabalhos realizados por Friedrich Ratzel, a discussão sobre território surge associada à natureza biológica do homem, onde o autor define território enquanto Estado-nação. Neste sentido, Costa (2010) frisa que para Ratzel, o Estado deveria ser concebido como um organismo em sua íntima conexão com o espaço, de acordo com as leis que regem os seres vivos na terra, ou seja, o Estado nasceria, recuaria, estabeleceria relações e declinaria.

Existem diversas discussões epistemológicas acerca desta categoria, levando em consideração algumas discussões conceituais em diferentes bases filosóficas, pontua-se obras como a de Eco (1984) que define o território como área na qual se estabelecem relações simbólicas e de poder; em Magnaghi (1976), como resultado e condição das forças e relações produtivas capitalistas que ordenam e usam o território; em Dematteis (1970), como conceito central na construção de uma geografia histórico-crítica; e Deleuze e Guatari (1976), compreendido como fluxos, conexões, articulações, codificação e decodificação, poder, onde fazem uma reflexão profunda sobre a reprodução do capital, destacando o desejo como um processo inerente a essa lógica.

A fim de explicitar a diferença entre espaço e território, Raffestin (1993, p. 50), pontua que espaço e território não são termos equivalentes, sendo essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Em consonância com Raffestin, Saquet (2011) destaca como ponto central dos debates acerca da categoria território, o caráter relacional do espaço, como produto e condição dos processos socioespaciais, envolvendo relações de poder, controle e dominação.

Percebe-se algumas das várias bases filosóficas nas quais o conceito de território foi trabalhado. No entanto, é consensual que toda aceção de território é definida por relações de poder, sendo este ligado ao espaço geográfico demarcado, regido por uma “força” ou um “grupo de forças”, cujas demarcações políticas, culturais, simbólicas no espaço geográfico a caracterizam como objeto de dominação, sendo que o que determina um território não é apenas o espaço físico, mas a ação de poder exercida sobre ele. Neste sentido, compreendemos que o território muda à medida que novas relações do homem com o espaço se estabelecem ao longo do tempo.

Deste modo, diante da múltipla dimensionalidade do conceito de território, abordá-lo de forma unilinear traria, sem dúvidas, um reducionismo significativo do conceito em questão. Haja vista que este vem sendo formulado e reformulado constantemente em meio aos processos históricos, epistemológicos, culturais, econômico, políticos, espacial e etc. Fato que é bem representado em (SAQUET, 2007, p. 24). “É um movimento histórico e multiescalar que assume sempre novas obras e relações sociais, ideias, territorialidades, desde uma ocupação e apropriação aparentemente desordenadas e móveis até a definição de vastos impérios, de

ciudades-estados, do Estado-Nação, de empresas e demais instituições da era moderna”.

Sendo assim, a identidade do território se configura a partir do processo de apropriação e domínio de um espaço, cujos valores culturais e políticos que serão construídos neste lugar a partir desta dominação, constituem a sua territorialidade. Posto isso, apreende-se o conceito de territorialidade a partir da forma como as pessoas utilizam a terra, sua forma de organização, os significados dado ao lugar. Nesta perspectiva, Raffestin (1993, p. 160) explicita que:

Territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (p. 160). (...) A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ e a ‘face agida’ do poder.

Em face da citação acima, observa-se que para Raffestin, territorialidade transcende a relação homem-território, haja vista que para além desta relação estabelecida com o espaço demarcado, existe também a relação social entre os homens. Tal fato plasma em diversos tipos de territorialidade. A este respeito, Gil (2004, p.3) contribui com o conceito de territorialidade destacando que este pode ser entendido como a totalidade das questões concretas e abstratas, objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, emotivas e perceptivas.

Para Sack (1986, p. 19), a territorialidade é um comportamento humano espacial. Uma expressão de poder que não é nem instintiva e nem agressiva, apenas se constitui em uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar o uso social do espaço, abarcando escalas que vão do nível individual ao quadro internacional. Ou seja, a tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, e para delimitar e impor controle sobre uma área geográfica. Essa área será chamada de território. Neste sentido, para compreender o território e suas territorialidades, é indispensável uma análise apurada das interações existentes no e com o espaço no qual o esteja inserido.

Assim sendo, em consonância com as reflexões acima, cabe pontuar ainda que, a partir de Marx, Lefebvre (1973) entende o território a partir de uma dimensão espacial, onde o espaço tanto expressa as relações sociais quanto reage diretamente sobre elas, sendo transformado pelo Estado para atender à reprodução das relações

sociais de produção e a manutenção das relações de dominação. Nesta perspectiva, este seria um produto resultante da ação dos sujeitos sociais e que, na atual conjuntura de mundialização econômica, todos os espaços se constituem como locais de reprodução das relações sociais de produção, representando interesses antagônicos de classe diante dos interesses econômicos envolvidos neste processo.

Face ao exposto, identificou-se na historicidade do território no qual foi implantado o projeto de irrigação Salangô uma dinâmica de poder e uso, tendo o todo repleto de totalidades territoriais. Neste sentido, cabe ainda lembrar que esse território foi espaço de diversas alterações em sua forma e nas relações sociais estabelecidas sobre ele, onde a partir das políticas estatais voltadas para o aumento da produtividade e do crescimento econômico no âmbito agrícola propiciaram inúmeros conflitos acerca do seu domínio.

As transformações ocorridas no campo a partir da implantação deste projeto de desenvolvimento se constituíram de forma direta no uso da terra enquanto mercadoria geradora de renda, nas formas de produção em atenção às necessidades previamente estabelecidas pelas empresas, nas relações das famílias assentadas com o território, estando estas em constantes conflitos sobre as forças que se impõe e se estabelecem nele, sobretudo por se constituir como um território no qual se plasmam diversas relações sociais no âmbito da produção, bem como os interesses e forças de matizes distintas que se estabelecem em função dos interesses econômicos envolvidos.

Neste tocante, compreende-se como uma face do capitalismo a constante imposição de novas e velhas territorialidades dentro deste território, onde sob a justificativa de uma mão que ajuda, se revela também como uma mão que explora e expropria, bem como extrai as forças necessárias para se manter no poder. Neste sentido, Arcangeli (2018) destaca que pela dinâmica de acumulação capitalista, a dominação do território pelo aparato estatal-empresarial predomina sob a perspectiva de apropriação, podendo transformá-lo completamente em mais uma mercadoria do sistema capitalista, sem nenhuma possibilidade de reapropriação, ficando alijado da terra os que nela construíram o território, a partir de sua apropriação.

3.3 Revitalização da terra e a terra em questão

O processo de exploração do Brasil que remonta a sua história há época de colônia, traz no seu bojo a questão fundiária de forma recorrente até os dias atuais. Ousa-se dizer que a questão fundiária no Brasil constitui-se como um cordão umbilical que ainda não foi cortado. Tal entendimento se revela consenso entre os estudiosos, bem como na própria materialização dos conflitos agrários que possuem seu cerne no início do processo de exploração do Brasil e se estendem até os dias de hoje.

São inúmeras as causas dos conflitos agrários, tendo os conflitos relacionados à concentração fundiária os de maiores relevos. Todavia, destacam-se também os de causas relacionadas à ineficiência do Estado Brasileiro em criar um cadastro de terras eficiente, de modo que os registros das terras públicas e privadas sejam expressos e coerentes, não havendo sobreposição de matrículas, duplicidade de registros, registros indevidos ou mesmo defasagem no processo de atualização. No Brasil ainda há um grande imbróglio relativo às indefinições quanto ao sistema de apossamento das terras, pois há a existência de diferentes direitos sobre a mesma área.

Neste sentido, a constituição de posse e propriedade com atores distintos coexistindo no mesmo espaço geralmente coaduna em uma série de conflitos no campo, bem como esses diferentes tipos de direito sobre a mesma porção território tem gerado insegurança jurídica às pessoas detentoras de direitos sobre a terra. Nesta perspectiva, destaca-se a área do perímetro irrigado Salangô, que se constituiu uma área de assentamento rural, no qual a grande maioria das famílias possui o termo de concessão de uso da terra, mas ainda não tem o título de propriedade e muitas destas a arrendam, mesmo entendendo o risco de perda do direito de uso dado a esta prática.

Durante a investigação realizada por algumas entidades a serviço do estado para validar a viabilidade econômica da revitalização do perímetro irrigado Salangô, foram identificados diversos lotes que não estavam produzindo, comprometendo, desta forma, a produtividade da área, bem como foram identificados lotes que só produziam quando arrendados para algumas empresas ou orizicultores intermediários. Este fato dava a terra um uso divergente do proposto para as áreas de assentamentos rurais, na qual surge como uma política de justiça social.

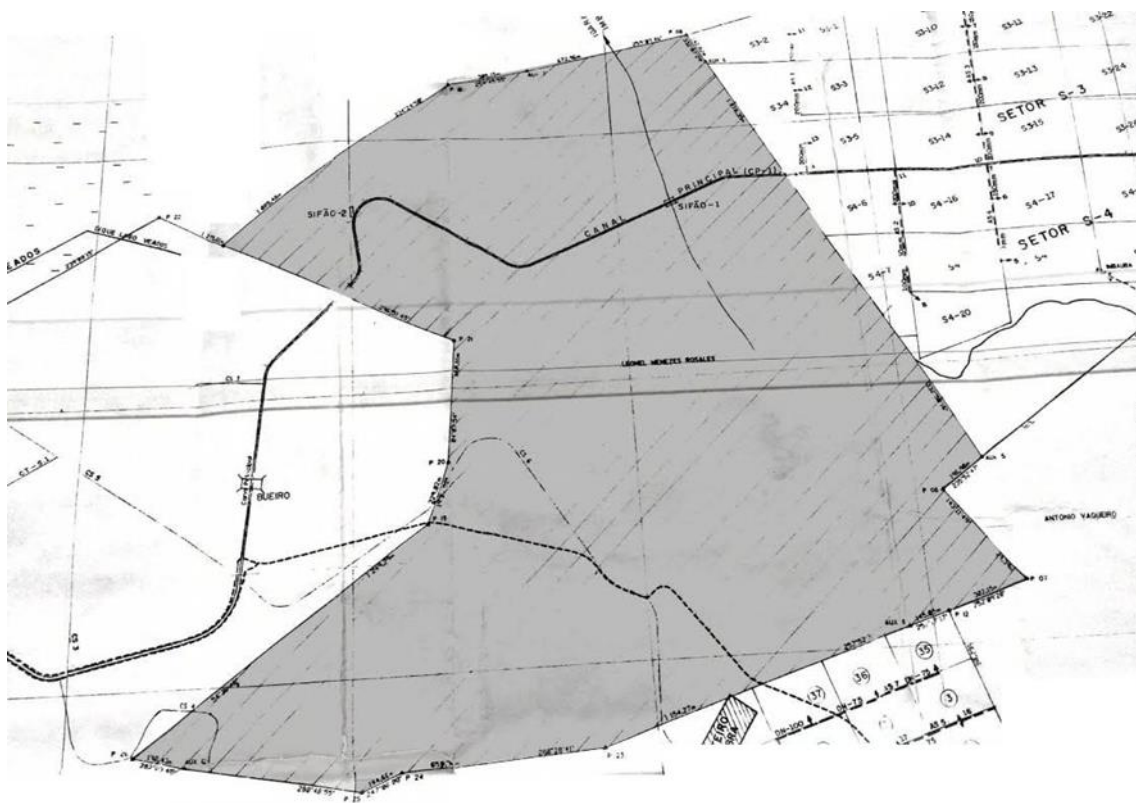
A fim de corrigir estas irregularidades e estimular a produtividade da área, o Instituto de Colonização de Terras (ITERMA) iniciou um processo de recadastramento

das famílias assentadas nos projetos de assentamentos rurais Salangô e Salangô II, pois segundo alguns entrevistados, alguns lotes estavam improdutivos devido às famílias com posse do lote estarem fora do estado, geralmente trabalhando em empresas na região sudeste do país, outras utilizavam a terra como renda através de arrendamentos, no qual se cobrava em torno de R\$ 1.000 pelo arrendamento por ano. Deste modo, a partir do segundo semestre do ano de 2015, as famílias foram chamadas ao sindicato dos trabalhadores rurais de São Mateus para entregar as documentações necessárias para o processo de recadastramentos junto ao ITERMA.

Em entrevistas com alguns assentados e com os gestores do projeto, observamos contradições nas percepções a cerca desse processo, pois para algumas famílias assentadas, eram relatadas angústias dado a possibilidade de perder os lotes, já para alguns gestores do projeto, a metodologia adotada pelo o Instituto de Colonização de Terras para o recadastramento se revelou ineficiente, dado que foi utilizada a mesma metodologia de cadastramento, onde diversas famílias que não estavam produzindo na área tiveram seus lotes recadastrados e, com efeito, o problema quanto a produtividade persistiria. Ainda segundo os gestores do projeto, o ITERMA deveria levar em consideração um relatório no qual identificasse os lotes improdutivos e redistribui-los a famílias que efetivamente produzisse.

Durante o processo de recadastramento e/ou cadastramento realizado na área, foram encontradas outras irregularidades, sendo necessárias, inclusive, ações judiciais para a retomada de áreas localizadas dentro do perímetro irrigado que vinha sendo possuída por um agricultor que não constava na relação de assentados e que se reconhecia proprietário da área. A este respeito, destaca-se o processo de nº 0804013-63.2017.8.10.0000, no qual o ITERMA solicita a desapropriação de uma área de 472 hectares dentro do perímetro irrigado, conforme pode ser observado na figura 32, que vinha sendo utilizado pelo Sr. Leonel Rosales desde o processo de implantação do sistema de irrigação em São Mateus do Maranhão.

Figura 32 - Área ocupada por agricultor na qual o ITERMA reivindica a retomada de posse.



Fonte: Brasil, 2018.

Em 2017, por meio da Ação Reivindicatória de nº 78/2017, proferida pelo Juízo da Comarca da São Mateus do Maranhão, foi solicitado à desocupação das terras públicas ocupados pelo Sr. Leonel no prazo de 48 horas. Contudo, este recorreu a justiça solicitando o indeferimento da ação que o expropriaria das terras, que segundo ele, é o legítimo proprietário do imóvel.

De acordo com os autos do processo, o agricultor contesta a expropriação, uma vez que com base em documentos anexados ao processo, alega que o Estado do Maranhão tinha conhecimento da existência de sua propriedade particular dentro do perímetro irrigado desde o ano de 2004, conforme pode ser observado no trecho do processo em que aduz que “é o legítimo proprietário do imóvel, que como se vê dos documentos, fotos e mapas está encravado dentro do perímetro do Projeto Salangô II (Doc-2 da Contestação) (Anexo A), fato de inteiro conhecimento do recorrido, que conforme se vê do Memorando nº 22/2004 – GAB/SEAGRO, enviado pela Sra. Conceição Andrade (Secretária de Estado da Agricultura) para a Procuradora Geral do Estado do Maranhão Ana Maria Dias Vieira, no longínquo ano de 2004.”

O agricultor também destaca como elemento a ser considerado como prova de que estado do Maranhão tinha conhecimento da sua propriedade particular estabelecida dentro do perímetro irrigado, uma vez que eram realizadas cobranças de tarifas pela utilização de água dos canais, pela Companhia de Promoção Agrícola (CPA) - Campo, empresa contratada pelo Estado do Maranhão para prestar serviços de assessoria técnica e administrar o perímetro irrigado do Projeto Salangô II, que após receber o pagamento pela utilização de água dos canais do projeto, emitia recibos ao agricultor e estes recibos foram anexados ao processo.

Área na qual foi implantado o projeto de irrigação Salangô, constitui-se de nove certidões de registros, com matrículas distintas, que se somadas, correspondem a uma área total de 3.608.42 hectares, que corresponde à área expressa nos documentos oficiais do projeto. A este respeito, segundo alegação do agricultor, tal fato revela que não há justificativa lógica para a incorporação dos seus 472 hectares a área do projeto, que ficaria com 4.081.14 hectares, portanto, maior do que a oficialmente registrada no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em função dos apelos e alegações judiciais mencionados acima, bem como sob a alegação de que a desapropriação em caráter emergencial conforme decisão proferida pelo Juiz da comarcada de São Mateus traria danos irreparáveis ao agricultor, uma vez que o mesmo perderia o período de cultivo. Foi concedido um efeito suspensivo a decisão de desapropriação dentro de 48h, pois de acordo com o entendimento do magistrado que avaliou a reivindicação do agricultor quanto à ação, é necessário tornar mais compreensível os meandros desta controvérsia. Para tal, o magistrado endossa seu entendimento levando em consideração o Art. 1.228, bem como a análise do processo e entendimento expresso abaixo:

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

Ora, como bem argumentou o agravante, verifica-se que o legítimo proprietário pode pleitear “a prestação jurisdicional para retomar “os seus bens” de quem quer que injustamente os detenha, se for deles privado, sendo que o efeito da ação reivindicatória é fazer com que o possuidor restitua o bem com todos os seus acessórios, desde que comprove, indispensavelmente, o seu domínio sobre o mesmo e, que a posse exercida pelo demandado é injusta, além de individualizar e descrever o imóvel”.

In casu, da análise dos documentos acostados, em especial, das certidões de matrículas, tenho que o magistrado de base não andou bem ao deferir a tutela de urgência, uma vez que as áreas descritas em tais documentos são diferentes das comprovadamente de propriedade do agravante.

O agravado não logrou êxito em comprovar ser o legítimo proprietário do imóvel em questão.

Ademais, tenho como revelado o primeiro requisito no fato de que o agravado não comprovou o domínio alegado e tampouco, que o agravante exerceria posse injusta.

Quanto ao segundo elemento indispensável a concessão da liminar, qual seja, o perigo de dano de difícil reparação, tenho que este também se encontra devidamente preenchido.

Considerando serem verídicas as afirmações feitas pelo agravante, vejo que ficará impedido de continuar o cultivo da safra 2017 de arroz na área em questão.

Ainda para corroborar o entendimento de que o agravante exerce a posse na propriedade em questão, chamo atenção para o fato de que o Estado do Maranhão (por seus órgãos de representação jurídica e administrativa) encaminhou ao agravante, cobrança pela utilização da água e outra determinando a retirada dos dispositivos de captação.

Desse modo, mantida a decisão, é inegável que o agravante corre risco de perder o período próprio para o plantio da safra, o que por certo causaria dano grave de difícil reparação, tudo claro, sem falar no fato de está sendo obrigado a desocupar a área, a princípio, de sua propriedade.

Diante do exposto, presentes os requisitos autorizadores, DEFIRO A LIMINAR vindicada para suspender a decisão impugnada até ulterior manifestação no presente recurso.

Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1019, inc. II C/C com art. 183 do CPC para, querendo, responder ao recurso, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso.

Decorrido o prazo legal, remetam-se os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

São Luís, 19 de setembro de 2017.

No dia 19 de abril de 2019 o desembargador Antônio Guerreiro reconhece a área como de legítima propriedade do Sr. Leonel Rosales e intima o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) e o Estado do Maranhão, caso querendo, manifestar-se a respeito da decisão em 15 dias. O ITERMA, por sua vez recorreu, obedecendo ao prazo disposto na intimação, alegando que o registro de imóvel apresentado por Leonel de Menezes Rosales, diverge daquele objeto da ação reivindicatória, onde “o registro de imóvel nº 326, fls. 95v, Livro 2-C, Cartório de São Mateus do Maranhão/MA, o qual versa sobre imóvel com área de 500 hectares, localizado no Município de São Mateus, por ele adquirido, a análise da certidão vintenária nos mostra que o imóvel de matrícula nº 326 não é o mesmo que configura como objeto da ação reivindicatória”.

A partir da manifestação do ITERMA, contraria o parecer dado pelo então desembargador, o processo foi encaminhado ao tribunal de justiça e julgado no dia 28 de junho de 2018, onde após análise dos argumentados levantados, bem como os novos documentos apresentados, constatou-se que havia inconsistências na certidão de registro apresentada pelo Sr. Leonel, haja vista que os limites e confrontações da

área apresentado na sua certidão de registro divergem dos instados na ação inicial, bem como houve uma atualização de matrícula por parte do agricultor, e o Estado do Maranhão e ITERMA não foram notificados na forma do § 2º do art. 213 da Lei 6.015/1973:

Art. 213. O oficial retificará o registro ou a averbação: § 2º Se a planta não contiver a assinatura de algum confrontante, este será notificado pelo Oficial de Registro de Imóveis competente, a requerimento do interessado, para se manifestar em quinze dias, promovendo-se a notificação pessoalmente ou pelo correio, com aviso de recebimento, ou, ainda, por solicitação do Oficial de Registro de Imóveis, pelo Oficial de Registro de Títulos e Documentos da comarca da situação do imóvel ou do domicílio de quem deva recebê-la. (Redação dada pela Lei nº 10.931, de 2004)

Já no que concerne a questão atinente ao perigo de perda do cultivo por parte do agricultor, o magistrado reconsiderou seu entendimento, haja vista que a área em questão supostamente invadida seria destinada ao assentamento de mais de 100 famílias de agricultores, a demonstrar o perigo de dano na demora da implementação do projeto. Deste modo, reconsiderou-se a decisão e mantendo-se, em parte, a decisão de base, até ulterior manifestação do ITERMA, reformando-a somente para aumentar o prazo de desocupação para um prazo de 15 dias.

Nesta perspectiva, os despachos realizados no intercurso judicial acerca da área supracitada confirmam a titularidade da propriedade da área por parte do Estado, intimando o agricultor a desapropriar a área sob pena de multa diária, bem como se for o caso, reforço policial para reintegração de posse, conforme por ser observado na decisão expedida abaixo:

Diante do exposto, uma vez que as alegações de fato estão perfeitamente comprovadas com os documentos que calçam a petição inicial DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, nos termos do art. 311, II, do CPC/2015, e determino que Leonel de Menezes Rosales, brasileiro, casado, agricultor, domiciliado na Rua Benu Lago, nº 1123, Centro, São Mateus/MA, desocupe a área pública descrita na petição inicial, devendo apenas levar do imóvel, se for o caso, seus pertences pessoais, o que deve ser feito no prazo de 48 (quarenta e oito horas). Para o caso de descumprimento ou recalcitrância, comino a multa diária de R\$ 1.000,00 a incidir a partir da concreta verificação do descumprimento, multa a ser revertida em favor do Autor, sem prejuízo da resposta criminal à transgressão da ordem judicial prevista, bem como da responsabilização civil por eventuais danos. Cite-se a parte requerida para apresentar contestação em 15 dias úteis, contados da intimação desta decisão liminar, sob pena de revelia e julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 335 do Novo CPC... Autorizo o reforço policial, se for o caso, devendo a polícia e os servidores agir com equilíbrio e circunspeção. Sirva-se a presente decisão como Mandado DE Reintegração de Posse/CITAÇÃO e ofício a Polícia Militar, devendo ser cumprido com a observância do disposto no Provimento nº 12/2011 CGJ/TJ-MA. Cumpra-se imediatamente face a

urgência que o caso requer. São Mateus/MA "Casa da Justiça", em 22 de Agosto de 2017. Marco Aurélio Barreto Marques Juiz de Direito Titular da Comarca de São Mateus/MA Resp: 157438

Em 30 de janeiro de 2019 foi realizado um despacho intimando o instituto de colonização de terras a se manifestar acerca da interposição de recurso requerida pelo agricultor, que mais uma vez contestava a liminar de desapropriação, bem como passou a recorrer a garantia de posse da área. Deste modo, durante o ano de 2019 a área em questão permaneceu *sub judici*, e mesma diante das interposições de recursos requeridas pelo agricultor, observa-se nos pareceres emitidos em cada instância julgada, o favorecimento da demanda de desapropriação requerida pelo o ITERMA, haja vista que até mesmo diante da alegação de posse recorrida pelo agricultor, o juiz comunga do entendimento de que o proprietário não possuidor também faz jus à proteção possessória das suas coisas que eventualmente se encontrem "injustamente" na posse de terceiros.

Até o presente momento (28.12.2019) o território em questão permanece como um espaço de conflitos e luta pela terra em instâncias jurídicas, deste modo, em face do trânsito processual em julgado, ainda não houve a reintegração de posse requerida por parte do ITERMA. Diante disso, destaca-se que a terra na qual está instalado o projeto de irrigação Salangô se constituiu e se constitui como um território em disputa, a este respeito, pontua-se que para entender o que são territórios em disputa, se faz necessário compreender o conceito de território para além de espaço de governança, levando em consideração primeiramente os conflitos que acontecem em escala local, conforme o discorrido neste tópico.

Neste sentido, Fernandes (2014, p. 3) aponta que as ideias de territórios em disputas surgiram a partir dos territórios indígenas e camponeses, que se constituindo livres do capitalismo, tornaram-se alvo de sua conquista e as forças empenhadas para isso, coadunou na expropriação de suas populações. Contudo, a resistência dessas populações originou o termo disputas territoriais. Deste modo, a partir desta dinâmica de interesses oposto dentro do mesmo território, surgiu uma série de conflitualidades, que se materializam na disputa pela terra e pela propriedade da terra.

Embora citado o entendimento de territórios em disputa apontado por Fernandes, ressalta-se que na área do perímetro irrigado Salangô são múltiplas as lutas pela terra, inclusive na perspectiva de apropriação da terra por agricultores bastante alinhados aos interesses capitalistas, como é o caso que ocorre em julgado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal objetivo avaliar as implicações do projeto de irrigação Salangô no município de São Mateus do Maranhão, tendo como enfoque as transformações socioeconômicas ocasionadas nas famílias assentadas na área durante e após sua implantação. Para tanto, nas reflexões aqui realizadas, compreende-se o processo pelo qual se transformou a dinâmica produtiva nos campos agrícolas do Brasil, sendo que a partir da inserção do capital nos campos, têm-se também a presença sólida do Estado, ou seria o contrário?

De todo modo, o Estado apresenta-se como um dos principais agentes modeladores da paisagem rural brasileira, tendo no bojo de suas políticas o direcionamento nas formas de produzir e o que produzir.

Neste sentido, a implementação de políticas desenvolvimentistas, sob o discurso ideológico de desenvolvimento, nas quais visam modernizar e aumentar a produtividade, considera em primeira instância os interesses do capital, tendo a terminologia de “desenvolvimento” associada à crescimento econômico. Desta forma, se confrontada com qualidade de vida dos camponeses no território nacional, esta refletirá em grandes contradições, o que nos faz refletir acerca de para quem é/foi o desenvolvimento.

Bem como nas demais áreas do território brasileiro, o Maranhão também vivenciou momentos distintos de incentivos agrícolas, o que contribuiu para sua atual configuração produtiva, sendo esta, expressa no crescimento da produção de soja vinculada ao agronegócio e, de certa forma, na ainda tímida produção de lavouras temporárias, embora seja possível observar segmentos capitalistas de produções mecanizadas destas lavouras, bem como a implantação de projetos de irrigação a fim de elevar a produtividade.

Levando em consideração a forte relação da economia maranhense com o setor agrícola, compreende-se que as ações do Estado relativas à modernização da agricultura não mudaram apenas e tão somente a forma de produção agrícola, mas também toda a configuração social e de trabalho para quem estava inserida em seu raio de alcance.

Nesta perspectiva de incentivos ao desenvolvimento rural por meio de grandes projetos que visam aumentar a produtividade, destaca-se neste trabalho o projeto de Irrigação Salangô como um projeto que ainda não conseguiu consolidar suas

premissas iniciais relativas a produção, no entanto, este projeto, desde seu cerne, implicou de inúmeras formas na vida dos agricultores estabelecidos no território do perímetro irrigado.

No intento de apreender as mudanças ocorridas nas formas de produção das famílias assentadas, tomou-se por base inicialmente a implantação ainda na década de 1990, na qual o projeto estimulou a ocupação da área de forma ordenada e espontânea por famílias que buscavam oportunidades de acesso a terra e melhorias de condições de vida. Nesta perspectiva, em face da pretensão do Estado em direcionar parte da área para produção empresarial, as famílias se organizaram para reivindicá-las à produção familiar, tendo suas exigências atendidas, estas foram/seriam contempladas com a posse dos lotes para produção com sistemas de irrigação. Todavia, a configuração produtiva estabelecida na área se deu de forma diferente da estabelecida no projeto inicial e reivindicada pelos pequenos agricultores.

As famílias que residiam nos povoados Água Preta e Água Branca, foram assentadas no perímetro irrigado, bem como várias outras famílias que foram atraídas para área em função do projeto de irrigação, estas se organizaram em associações e receberam lotes de 4 hectares para produção conforme reivindicações e divisão do projeto básico de implantação. Porém, diante das descontinuidades na implantação do projeto, bem como a necessidade de novas formas de produzir, muitas famílias não deram continuidade na produção da área, o que coadunou com uma produção muito abaixo do esperado, bem como novas dinâmicas na forma de produzir.

As novas estruturas criadas para a produção, requeriam maquinários adequados para colheita, e, por conseguinte, maiores custos para produzir. Neste sentido, logo nos primeiros cultivos foram relatadas algumas dificuldades acerca da produção na área. De acordo com os agricultores, nos primeiros anos somaram alguns prejuízos nas safras. Segundo eles, tal fato se deu em função da falta de assistência técnica e familiaridade com o cultivo irrigado. Por outro lado, de acordo com o Estado, fora oferecida assistência técnica, porém faltou disposição dos agricultores para dá continuidade na produção, tal dilema refletiu em uma serie de lotes improdutivos.

O projeto de irrigação ficou de maneira inacabada face aquilo que estava previsto, de modo que previa-se a irrigação de uma área de 2.436 ha e a área que foi efetivamente irrigada somou apenas 440 ha, bem como tantas outras estruturas inconclusas apresentadas ao longo da pesquisa. Em função disso, a perspectiva das

famílias assentadas na área mudou, assim como todo território no qual foi implantado. O sentimento de prosperidade da população que seria beneficiado com ele tornou-se contrário, não sendo difícil perceber em suas falas um discurso de desesperança.

Quanto a produção, destaca-se que até o ano de 2015 (antes do processo de revitalização), levantavam-se diversos fatores como justificativa para a tímida produção na área, e, com efeito, pouca contribuição para a dinâmica econômica do município e dos assentados. Entre estes fatores, destacava-se a partir da fala dos agricultores: a inconclusão do projeto de irrigação, a falta de assistência técnica, ausência de incentivos governamentais, o elevado custo para produção, falta de treinamentos e capacitação aos camponeses para o manejo do cultivo irrigado, insuficiência de logística para comercialização, ausência de maquinários para colheita, entre outros.

Após o projeto de revitalização na área é possível observar novas estruturas físicas, que decerto mudam a paisagem, porém pouco altera a dinâmica produtiva da área, haja vista que as áreas de produção antes e após o projeto de revitalização têm sido cada vez mais atreladas aos interesses empresariais, que conseguem produzir em lotes dos assentados em forma de arrendamento, pagando um baixo percentual aos assentados em cima do total da produção. As expectativas dos assentados frente ao projeto de revitalização foram mais vinculadas ao medo de perder os lotes que vinham sendo arrendados com o processo de recadastramento do que expectativas em melhorar as condições produtivas e gerar autonomia para produzir na área.

Diante das dificuldades levantadas pelos assentados para produção na área em função das descontinuidades no projeto implementado pelo estado, constatou-se nesta pesquisa que esta área sempre foi pensada sob uma lógica capitalista pautada no aumento da produtividade. Portanto, a ocupação do território por agricultores familiares a partir das manifestações e lutas pela terra, os colocou em meio a um processo de “desenvolvimento” que evidentemente não os tinham como primazia. A partir desta compreensão, foi destacado ainda que, embora as estruturas de irrigação não tenham sido implementadas conforme se estabelecia nos projetos, este atendeu ao capital industrial, uma vez que se investiu milhões de reais para implantação, neste ponto, já foi destacado este seguimento como favorecido.

A falta de efetiva assistência às famílias que passaram cultivar os lotes agrícolas coadunou na baixa produtividade e até mesmo na improdutividade de diversos lotes. Tal fato contribuiu para inserção dos empresários agrícolas na área,

estabelecendo desta forma novas relações produtivas. De acordo com os assentados, a área na qual foi implantado o projeto de irrigação se constitui majoritariamente em áreas alagadas durante o período chuvoso, e dado a isso, só é viabilizado na área a produção de arroz. Constatamos a partir dos relatórios técnicos que a área está somente uma quota do rio Mearim, o que justifica o alagamento da área nos períodos chuvosos.

Deste modo, a produção da área tende a ser baseada no monocultivo do arroz, o que está em consonância com o interesse das empresas beneficiadoras deste produto. Neste contexto, dada às dificuldades destacadas em produzir por parte das famílias que não possuem condições financeiras para garantir o trato da produção, foi identificada a inserção dos empresários agrícolas na área, financiando/arrendando a produção por meio de acordos com alguns grupos de agricultores.

Conclui-se desta forma, que o projeto de irrigação Salangô, sempre foi pensado para atender o interesse empresarial, desta forma, no bojo dos inúmeros conflitos entre a classe de camponeses e os empresários agrícolas, destaca-se que o Estado contribuiu de forma significativa para o beneficiamento de um, em detrimento do outro.

A partir do ano 2015, com o processo de revitalização imbricado no discurso retórico de desenvolvimento, novas e velhas dinâmicas passaram a ser estabelecidas neste território. Após quase duas décadas o governo estado volta a implementar algumas ações com a finalidade de reestruturação da área para elevar a produtividade, tal fato tem coadunado inclusive em uma série de expropriações, a fim de fortalecer ainda mais as aptidões da área com o interesse agroindustrial.

Diante destas ações, observou-se a partir do ano de 2015 um salto na produção de arroz no município de São Mateus, e constatou-se, a partir das entrevistas realizadas na secretaria de agricultura do município, que tal fato se deu em função de novos agricultores e empresas beneficiadoras de arroz que têm se estabelecido no município. Neste sentido, foi constatado que as ações implementadas pelo governo do estado relativas a produção agrícola, e notadamente na produção de arroz, tem contribuído com o aumento da produção e participação sólida na composição do PIB municipal, todavia, cabe pontuar que este crescimento ainda não tem refletido nas condições socioeconômicas de parte significativa da população, bem como não se manteve em ascensão no ano de 2019.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Amablume/FAPESP, 2000. 337p.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33- 45.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Ensaio sobre a realidade maranhense**. São Luís: IPES, 1984.
- ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma análise da colonização da pré-amazônia maranhense**. São Luís: EDUFMA, 1987. 302 p.
- ARCANGELI, Saulo Costa. **A questão do desenvolvimento industrial na área Itaqui Bacanga: as formas de enfrentamento da comunidade do cajueiro frente à perspectiva de instalação de um porto privado, a partir de 2014**. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018. Cap. 1
- AZAR, Zaira Sabry. **A concentração fundiária como centralidade da questão da questão agrária maranhense**. Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís - MA, 2011.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Tradução de Estrela dos Santos Abreu, 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- BARBOSA, Z.M. **O Maranhão “moderno”**: uma contraditória lógica capitalista. In: BARBOSA, Zulene Muniz; CARDOSO, Franei Gomes. (Orgs.). **Desenvolvimento Socioespacial e regional no Maranhão: Novas e velhas questões**. São Luís: EDUEMA, 2015.
- BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: Lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís: EDUEMA, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. CHAMBOREDON, Jean-Claude. PASSERON, Jean-Claude. **Ofício do sociólogo**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 6º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRANCO, André Luis de Oliveira Castello. **A produção de soja no Brasil: uma análise econométrica no período de 1994-2008**. 2008. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharel em Ciências Econômicas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008. Cap. 1.

BRASIL, Presidência da República. **Metas e bases para a ação do governo**. Brasília, 1970. p. 29.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho (1992). **Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2 ed. São Luís: Edufma, 2008.

CARTER, Miguel & CARVALHO, Horácio Martins de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. CARTER, Miguel (Org). São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 287-330.

CARVALHO, Horácio Martins. Contexto atual da correlação de forças e das lutas sociais no campo. In **Agricultura brasileira: Tendências, perspectivas e correlação de forças sociais**. Cadernos de Formação: Via Campesina, 2004.

CARVALHO, Fernando J. J. Cardim de. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. **Análise Econômica**, [S.L.], v. 26, n. 50, p. 7-25, 15 out. 2009. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2176-5456.10906>.

CENSO AGROPECUÁRIO 2017. **Tabelas - Resultados definitivos**. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CENSO AGROPECUÁRIO 2019. **Produção Agrícola Municipal**. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **A cultura do arroz** / organizador Aroldo Antonio de Oliveira Neto. – Brasília: Conab, 2015. 180 p. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

COSTA, Rogério Haesbart. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialização**. 5ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2010.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O anti-édipo. Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

DEMATTEIS, Giuseppe. **“Rivoluzione quantitativa” e nova geografia**. Laboratório de Geografia Econômica, n.5, Università degli Studi di Torino, Torino, 1970.

ECO, Umberto. A nova Idade Media. In: **ECO, U**. Vagem na irrealidade cotidiana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984(1972). P.73-99 edição, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In. BUAINAIN, Antônio Márcio (Org). **Luta Pela Terra, Reforma Agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. P 173-230.

FERREIRA, Luís Alberto. Decomposição e recomposição: querelas e intrigas nas tramas dos novos partidos no maranhão (1889-1894). **Revista Outros Tempos**. São Luís, 2004, v. 1, p. 1-20...

FOUCAULT, M. (2004d). **Foucault. Ética, sexualidade, política**. (E. Monteiro; I. Barbosa, Trad.) (pp. 234-239) Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1984)

GARCIA, Uelson Serra. **Inovação Tecnológica e a competitividade na Orrizicultura No Município de São Mateus do Maranhão**. 110 f. Goiânia - GO, 2019.

GEISE. B. Pasquotto – Renovação, Revitalização e Reabilitação: reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas. **Revista Complexus** – Instituto Superior De Engenharia Arquitetura E Design – Ceunsp, Salto-Sp, Ano. 1, N.2, P. 143-149 , Setembro de 2010. Disponível em: www.Engenho.Info

GIL, Izabel Castanha. Territorialidade e Desenvolvimento Contemporâneo. **Revista Nera**, n.4(7), 2004, p.5–19. Disponível em Acesso em Julho de 2012.

GISTELINCK, Frans. **Carajás, Usinas e Favelas**. São Luís: Gráfica Minerva, 1988.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**, São Paulo.

GOODMAN, D.E; SORJ, B. E WILKINSON: Agroindústria, políticas publicasse estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. In **Revista economia brasileira**, v. 5, n. 4, out.-dez. 1985, p. 38 Hucitec, 1997.

IBGE, Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6871#resultado>. Acesso em: 20 jan. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Trad. A. M.Amaral. Porto: Escorpião, 1973.

LEITE, S. et al. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora Unesp; Nead, 2004.

MAGNAGHI, Alberto. **I1 território nella crise, Quaderni del território – ristrutturata – zione produttiva e nuova geografia dela forza-lavoro**, anno I, n.1. Milano: CELUC Libri, 1976. p. 15-29.

MARANHÃO. **Decreto nº 27.845, de 18 de novembro de 2011**. Regulamenta a Lei nº 8.149, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos, com relação às águas superficiais, e dá outras providências. Maranhão, 2011.

MARANHÃO. **Diagnóstico dos principais problemas ambientais do Estado do Maranhão**. São Luís: LITHOGRAF, 1991.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social*; **Rev. Social**. USP, S. Paulo. 11(2): out. 1999 (editado em fev. 2000).

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉNDEZ DELVILLAR, P.; DUCOS, A.; FERREIRA, N. L. S.; PEREIRA, J. A.; MESQUITA, Benjamin Alvino. “Intervenção governamental e transformação do setor agrícola”. In: **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís: EDUFMA, 2011. (p. 37-49).

MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João. A revitalização urbana cidades – contributos para a definição de um conceito operativo. **Comunidades e Territórios**, n. 12/13, p. 15-34, dez. 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao Enigma**: que quer dizer Desenvolvimento Local? In: SPINK, Peter; BAVA, Sílvia Caccia; PAULIKS, Verônica. *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Polis, 2002.

OLIVEIRA, R.R. Ação antrópica e resultantes sobre a estrutura e composição da Mata Atlântica na Ilha Grande, RJ. **Rodriguésia**, v.53, n.82, p.33-58, 2002.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: A questão Camponesa o Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS 2002-2017. **PIB dos Municípios: Tabelas**. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK R., **Human territoriality: its theory and history**, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: expressão popular, 2007. p. 24

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, Fábio Carlos da; RAVENA, Nírvia (Org.). **A Formação Institucional da Amazônia**. Belém: Naea - Ufpa, 2015. 607 p.

SODRÉ, Ronaldo Barros. **O Maranhão Agrário: Dinâmicas e Conflitos Territoriais**. 2017. 200 f. Tese (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Educação Ciências Exatas e Naturais, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017. Cap. 2.

SOGLIO, Fábio dal; KUBO, Rume Regina (Org.). **Desenvolvimento, Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2016. 206 p.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. 2a

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SOUZA, Tibério Augusto Santos. **Projeto Salangô em São Mateus do Maranhão: A territorialização da agroindústria em território camponês**. 61 f. São Luis - MA, 2015.

STEDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 639-665.

TAVARES, Vania Porto Et All. **Colonização Dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972. P 25

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa**. São Paulo: Sundermann.2007.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

WEBER, Max. **Weber Sociologia**. Tradução de Amelia Cohn e Gabriel Cohn. 7ª ed. Editora: Ática, São Paulo- SP, 2003.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar Editores, 1976.

YOKOYAMA, L. P. **Cadeia produtiva do arroz no Maranhão**. Teresina: Embrapa Meio- Norte, 2001. 136 p.

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ZYLBERSZTAJN, Decio; FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; SANTOS, Rubens da Costa. **O sistema agroindustrial do café: um estudo da organização do agrobusiness do café visto como a chave da competitividade**. Porto Alegre: Ortiz, 1993.